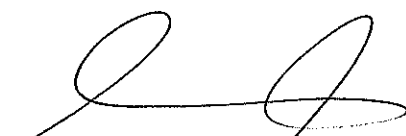


EXMA. SRA. DRA. DEFENSORA PÚBLICA PRESIDENTE
CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE SÃO PAULO.

FLS.	03
Rubrica	
CSDF	

CARMEN SILVIA DE MORAES BARROS,
Defensora Pública Coordenadora do Núcleo de Situação Carcerária, vem
encaminhar relatório semestral de atividades (período janeiro/junho 2010).



São Paulo, 08 de outubro de 2010.

CARMEN SILVIA DE MORAES BARROS
Defensora Pública
Coordenadora do Núcleo de Situação Carcerária

17:14 13/10/2010 003896 CONSELHO SUPERIOR DA DEF. PUBL. EST. DE SP

FLS.	04
Rubrica	
CSDP	

Relatório de Atividades dos Núcleos Especializados

Núcleo: Situação Carcerária

Coordenador: Carmen Silvia de Moraes Barros

Período Compreendido: julho/dezembro 2010.

Número de Integrantes Efetivos: 2

Número de Integrantes Colaboradores: 10

Atividades Desenvolvidas

1) Compilação e remessa de informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos Defensores Públicos:

Envio de inúmeros modelos de petições, HCs e Agravos, jurisprudências, resoluções, modelo de quesitos bem como de recomendações do Núcleo (constantes no *site*) para os defensores coordenadores e atuantes em execução penal, e varas criminais.

2) Medidas judiciais e extrajudiciais propostas, para tutela de interesses individuais, coletivos e difusos:

Elaboração de tese sobre inconstitucionalidade da pena de multa na lei de drogas, elaboração de quesitos para aplicação da lei 10.216/2001 em casos de incidente de insanidade; elaboração de manifestação em caso de pedido de elaboração de exame criminológico - modelos enviados aos defensores atuantes na VEC e Vara Criminais para atuação unificada da DP.

Requerimento de providências ao CNJ acerca da situação carcerária do Estado de São Paulo e a atuação do Judiciário paulista: decisões em desacordo com a jurisprudência pacífica dos tribunais superiores - que tornam o TJ apenas tribunal de passagem, pedidos de realização de exame criminológico sem fundamentação etc.

Pedido de providências ao Secretário de Administração Penitenciária e Juiz Corregedor da VEC para providências imediatas em razão de racionamento de água e condições de aprisionamento.

Articulação com os Conselhos Regionais de Psicologia e Assistência Social para posicionamento ético dos profissionais que atuam em presídio.

Atendimento de presa na PF de Santana (pedido de prescrição presa do Maranhão - libertada).

Articulação com o Delegado chefe do IIRGD para que o sigilo de dados passasse a ser feito diretamente pelos Defensores e não mais por determinação judicial - os pedidos passaram a ser encaminhados pelo Núcleo.

3) Realização de intercâmbio, em conjunto com a EDEPE, entre os órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado, objetivando o aprimoramento das atribuições institucionais e a uniformidade dos entendimentos ou teses jurídicas:

FLS.	05
Rubrica	
CSDP	

Conversas e consultas ao Coordenador da EDEPE.

4) Realização e estímulo de intercâmbio com entidades públicas e privadas:

Inúmeras reuniões com entidades que trabalham com presos, sistema prisional e temas correlatos.

5) Representação da instituição perante conselhos e demais órgãos colegiados, por qualquer de seus membros, por designação do Defensor Público Geral do Estado:

Conselho Penitenciário do Estado;

Conselho da Comunidade;

Conselho Estadual de Política Criminal e Penitenciária;

Conselho Estadual de Entorpecentes;

Comissão de Execução Penal do CONDEGE

Nesses Conselhos são tratados os mais diversos assuntos relativos a presos, prisões, condições de aprisionamento, apuração ou encaminhamento de denúncias, moções de apoio a determinadas posições ou ações de órgãos ou entidades específicas e que são do interesse da DPE.

6) Assessoria aos órgãos de execução e de atuação da Defensoria Pública do Estado:

Atendimento de defensores públicos, para esclarecimento de dúvidas técnico-jurídicas; apuração de denúncias; forma de condução de situação de crise específica, especialmente em presídios e denúncias de tortura etc.

7) Acionamento de Cortes Internacionais:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

8) Contribuições para a definição das ações voltadas à implementação do Plano Anual de Atuação da Defensoria Pública:

Praticamente todos os temas abordados no plano anual de atuação estão de alguma forma sendo desenvolvidos ou acompanhados pelo Núcleo.

9) Atividades de informação, conscientização e motivação da população carente, inclusive por intermédio dos diferentes meios de comunicação, a respeito de seus direitos e garantias fundamentais:

Coordenação e participação em entrega de livros e cartilhas elaboradas pelo Núcleo aos presos de estabelecimentos prisionais de todo o Estado.

10) Articulação com núcleos especializados afins de defensorias públicas de outros Estados e da União, estabelecidas para definição de estratégias

comuns em assuntos de âmbito nacional e para intercâmbio de experiências:

FLS.
Rubrica CSDF

Atendimento jurídico à defensores públicos de outros Estados; participação, como coordenadora adjunta, das reuniões da comissão de execução penal do CONDEGE nas quais são discutidos os mais diversos temas de interesse das Defensorias Públicas de todo o país; participação como coordenadora executiva da força nacional da defensoria pública de reuniões e visita ao Complexo Penitenciário de São Pedro de Alcântara para preparar a atuação da força nacional da defensoria pública em Florianópolis/SC.

11) Contribuição no planejamento, elaboração e proposição de políticas públicas visando a erradicar a pobreza e a marginalização e a reduzir as desigualdades sociais, no âmbito de sua área de especialidade:

Participação em GTs da Coordenadoria de Saúde da SAP; do grupo nacional de articulação do voto do preso; grupo de discussão sobre aplicação da lei 10.216/01 da corregedoria de medida de segurança da VEC, início do convênio SRJ/Defensoria no âmbito do PRONASCI.

12) Apresentação e acompanhamento de propostas de elaboração, revisão e atualização legislativa afetas à sua área de especialidade:

Conversa com Senadores da CCJC a respeito de PLs de interesse da Defensoria Pública na área criminal, processual penal e execução penal, elaboração de diversos PLs alternativos àqueles em andamento no Senado (dois deles apresentados e em andamento) encaminhados a Senadores, à SAL (Secretaria de Assuntos Legislativos no Ministério da Justiça, articulação com senadores para apresentação de recurso em plenário de PLs aprovados terminativamente na CCJC, elaboração de nota técnica e mobilização de inúmeras entidades para subscrição e envio de manifestação contrária à aprovação de PLs que de alguma forma aumentavam pena ou agravavam forma de cumprimento.

Acompanhamento:

- PL 1288/07, 1657/07 e 2957/08 - Monitoramento Eletrônico - aprovado CCJ Senado; Reunião para providências com a SAL. Sancionado com veto de inúmeros dispositivos. Elaborado PL alternativo - entregue a Senadora para apresentação
- PL 5075/07 - Alteração de dispositivos da Lei de Execuções Penais;
- PL 7223/06 e PL 6123/2009 (apensados) - Altera o prazo do Regime Disciplinar Diferenciado e tipifica o crime de comunicação entre presos;
- PL 2825/03 - Terceirização dos serviços no âmbito dos estabelecimentos prisionais;
- PL 3473/00 - Fixação de critérios para aplicação de pena de prisão, PRD e multa
- PL 51/09 e 249/05 - aumenta o prazo para LC para condenados pela prática de crimes hediondos; 249 aprovado na CCJ do Senado e encaminhado à câmara dos deputados.
- PL 158/06 - autoriza a autoridade administrativa decretar isolamento preventivo e inclusão em RDD por 30 dias sem autorização judicial;
- PL 292/07 ou PLC 98/07 - trata do Agravo em execução;
- PL 30/2009 - aumenta prazo para progressão de regime e volta do exame criminológico - articulado recurso ao Plenário do Senado - apresentado. Elaborado PL alternativo - apresentado pelo Senador Paulo Paim - em andamento.

Demais PLs em acompanhamento em anexo.

FLS.	07
Rubrica	
CSDP	

13) Outras ações desenvolvidas:

Outras atividades desenvolvidas no primeiro semestre de 2010:

- Elaboração de HCs dos casos de medida de segurança acompanhados pelo Núcleo.
- Pedidos de providências, apuração de denúncias ou verificação de ocorrência aos Defensores Coordenadores Regionais da VEC em razão de denúncias recebidas pelo Núcleo.
- Atualizações do portal do Núcleo de Situação Carcerária.
- Participação de audiência pública sobre voto do preso - TSE/Brasília.
- Reunião com juiz corregedor da VEC.
- Reunião com representante da Ministra da Secretaria Especial da Mulher para tratar do mutirão mulheres encarceradas.
- Reunião com juiz auxiliar da corregedoria geral do TJ responsável por execução penal e sistema prisional.
- Ofícios ao Corregedor Geral de Justiça.
- Visita de inspeção à P. II de Franco da Rocha juntamente com a Coordenadora de Execução Penal da regional.
- Acesso ao GEPEN para todos os defensores.
- Reuniões GET saúde mental e medida de segurança. - finalização do projeto de desinstitucionalização das pessoas em medida de segurança.
- Entrega de livros e cartilhas aos presos do CDP Pinheiros IV.
- Entrega de livros e cartilhas às presas da PF do Butantã.
- Pedido aos coordenadores de execução penal de levantamento das condições de aprisionamento (especialmente racionamento de água) nos estabelecimentos SAP e SSP.
- Reunião GET acompanhamento de PLs.
- Reunião com Secretário de Administração Penitenciária.
- Reunião com Secretário-adjunto de Estado de Assistência e Desenvolvimento Social.
- Elaboração de ofícios para secretários de estado.
- Entrevistas para rádios, jornais e canais de TV, estudantes e profissionais para elaboração de trabalhos, dissertações e teses.
- Participação em reuniões de Grupos de Trabalho sobre sistema prisional e com a Pastoral Carcerária.
- Ofícios e pedidos de providências à Coordenadoria de Saúde da SAP.
- Resposta e encaminhamento de ofícios recebidos dos mais diversos órgãos, pessoas e entidades.
- Leitura de peças e pareceres elaborados pelos membros do Núcleo de situação carcerária.
- Reuniões com Coordenador de Saúde da SAP.
- Atendimento de diversos defensores públicos de outros Estados.
- Acompanhamento de projetos de lei relativos a sistema prisional e execução penal.
- Reunião com Senadores.
- Reunião do GET acompanhamento de PLs com assessor parlamentar - explicação do 'verdadeiro' trâmite dos PLs no Senado e Câmara dos Deputados.
- Reunião com Cônsul da França.
- Elaboração da Cartilha Voto do preso - distribuída pessoalmente nos estabelecimentos prisionais liberados para votação, com explicação sobre os direitos contidos na cartilha.
- Reunião da comissão de execução penal com o CONDEGE.
- Reunião na corregedoria do TJ para tratar de mutirão do CNJ em São Paulo.

FLS.	08
Rubrica	
CSDP	

- Reunião Defensoria Pública do Rio de Janeiro.
- Reunião com representante do Conselho da Comunidade de Campinas.
- Debatedora com Fátima França no curso dos agentes da defensoria - papel na atuação criminal.
- Reunião com representantes da Justiça Global.
- Artigo publicado na Revista Consulex (a pedido da revista).
- Atendimento de parentes e acompanhamento de casos trazidos ao núcleo por familiares.
- Ofício Secretário de Segurança Pública.
- Elaboração de Projeto de Centro de Referência da Mulher presa.
- Palestrante - manicômios judiciais e Lei 10.216/2001 - encontro UNICSUL.
- Representação de Coordenador e Diretor Regional - Presidente Venceslau ao Secretário de Administração Penitenciária - e visita de inspeção ao presídio de Presidente Venceslau.
- Início do PRONASCI - reunião com coordenadores regionais de execução penal e assessores jurídicos do convênio.
- Reunião com assessor do Presidente do CNJ.
- Participação na Conferência Nacional de Saúde Mental - Brasília.
- Participação como Coordenadora executiva da Força Nacional da Defensoria Pública em execução penal em diversas reuniões para organização e divulgação da atuação da Força Nacional em Santa Catarina.
- Reunião com Delegado chefe do IIRGD para discussão sobre sigilo de dados.
- Reuniões ordinárias do Núcleo de Situação Carcerária - com atividades específicas distribuídas aos membros e colaboradores (pesquisas e pareceres teóricos e práticos e projetos de lei a serem elaborados).
- Elaboração de Nota técnica sobre PL exame criminológico para o CONDEGE.
- Reunião com diversos senadores em Brasília explicando o que é exame criminológico.
- Elaboração de recomendações de atuação técnico-jurídica para Defensores Públicos VECs e varas criminais.

Expedientes (protocolados) em andamento, referentes a assuntos atinentes à área de atuação do Núcleo:

01 2007 Baixa na captura
 01 2007-A Sigilo de Dados - IIRGD
 01 2007-B Ofícios para exclusão de dados protocolados no IIRGD
 02 2007 Multa Penal
 02 2007 A Pecúlio de presos
 02 2007 B Atendimento ao egresso na Defensoria Publica do Estado - Multa Penal
 03 2007 Unificação da pena em 30 anos para todos os fins
 04 2007 Legislação sobre penas alternativas
 05 2007 condenados à medida de segurança presos
 05 2007 A Medida de segurança declara extinta punibilidade: necessidade de hospital psiquiátrico comum
 05 2007 B Atendimento jurídico de pessoas em medida de segurança e colônia de Desinternação condicional (unidades de Franco da Rocha e Taubaté)
 05 2007 C Medida de segurança - projeto de lei e outras providências
 05 2007 D Pacientes em medida de segurança que estão em hospital psiquiátrico da Secretaria da Saúde
 05 2007 E Medida de Segurança em tratamento ambulatorial
 05 2007 F Medida de Segurança/Soltos aguardando vaga
 05 2007 G Sistema de Atenção Integral a Pessoa em Medida de Segurança - SAIPENS

FLS.	02
Rubrica	
CSDP	

- 05 2007 H Projeto de aplicação da Lei 10.216 nos HCTP's de SP
- 06 2007 Criação de novo modelo de CNPCP
- 07 2007 Parceria defensoria/ IBCCRIM
- 08 2007 Inclusão das presas no programa de prevenção ao câncer do útero - ENCERRADO
- 09 2007 Inconstitucionalidade do SERVEC feminino - ENCERRADO¹
- 010 2007 Pedido de Reabilitação
- 011 2007 Andamento de pedidos de interdição de estabelecimentos penais femininos
- 012 2007 Lei de crimes hediondos - ADPF- ENCERRADO²
- 013 2007 Convênio Nufor
- 014 2007 Exame Criminológico, pareceres CTC, peças e acórdãos
- 015 2007 Regime de Observação
- 016 2007 Projeto de lei de Descontingenciamento da verba do FUNPEN. Pedido da pastoral Carcerária - ENCERRADO³
- 017-2007 Direito de votar do preso
- 018 2007 Projeto de lei de execução penal estadual - ENCERRADO⁴
- 019 2007 Folder
- 020 2007 Medida de segurança declara extinta punibilidade : necessidade de hospital psiquiátrico comum - APENSADO AO PR. 05/2007, COMO PR. 05/2007 A.
- 021 2007 Meta 09 - Ações 1 a 4
- 022 2007 Regime disciplinar do preso provisório
- 023 2007 Defesa em processo disciplinar (falta grave) - ENCERRADO⁵
- 024 2007 Saúde no sistema prisional
- 025 2007 RDD - Projeto de lei em andamento para aumentar o prazo
- 026 2007 Instauração de procedimento investigatório
- 027 2007 Monitoramento do Programa Estadual de Direito Humanos
- 028 2007 Projeto de lei Disciplinando o direito de ser julgado em prazo razoável.(na execução)
- 029 2007 Implementação de ouvidoria do sistema penitenciário independente, autônoma e com mandato próprio
- 030 2007 Questão de gênero
- 031 2007 Sistema prisional nas comunidades evangélicas CENACORA - ENCERRADO
- 032 2007 Trabalho de egressos com a Secretaria de Trabalho
- 033 2007 Projetos de Lei - Alteração da lei de execuções penais
- 034 2007 Presos estrangeiros sem intérpretes na Penitenciária de Itai
- 034 2007 A Albergue para moradores de rua com envolvimento judicial e egressos estrangeiros
- 034 2007 B Presos estrangeiros em estabelecimentos penais estaduais
- 034 2007 C Presos estrangeiros: Expulsão
- 035 2007 Implementação do novo plano nacional de segurança pública
- 036 2007 Projeto de Lei n 1288/07 - Monitoramento Eletrônico
- 037 2007 Tortura - CDP Pinheiros
- 037-A 2008 Denúncia de morte e de Maus-Tratos no sistema penitenciário
- 038 01-2008 Direito de visita - Portaria conjunta 01/07
- 039 02-2008 Assistência jurídica ao preso provisório
- 040 03 - 2008 Diretrizes para inspeção em estabelecimentos prisionais por parte dos defensores coordenadores regionais
- 041 04-2008 Escolta PM e AEVP: criação de polícia penitenciária
- 042 05-2008 Mutirão - Secretária-Especial-da-Mulher-Brasília
- 043 06-2008 Oitiva - artigo 118 da lei de execuções penais
- 044 07-2008 Atendimento jurídico de pessoas em medida de segurança e colônia de Desinternação condicional (unidades de Franco da rocha e Taubaté) - APENSADO AO PR. 05/2007, COMO PR. 05/2007 B.
- 045 08-2008 Pronasce - convênio com a SRJ
- 046 09-2008 Pecúlio de presos.

FLS.	10
Rubrica	
CSDP	

- 047 10-2008 Denúncia de más condições de aprisionamento -CPP mongaguá
- 048 11-2008 Revista vexatória
- 049 12-2008 Medida de segurança - projeto de lei e outras providências
- 050 13-2008 Sigilo de dados - IIRGD e Providências judiciais relacionadas ao Tema
- 051 14-2008 Justiça restaurativa
- 052 15-2008 Comitê paulista de educação em direitos humanos
- 053 16-2008 Albergue para moradores de rua com envolvimento Judicial e egressos estrangeiros - - APENSADO AO PR. 34/2007, COMO PR. 34/2007 A.
- 054 17-2008 Taxa judiciária para condenado
- 055 18-2008 Lei de responsabilidade penitenciária
- 056 19-2008 Comparecimento da PM na casa de presos em saída temporária
- 057 20-2008 presos estrangeiros em estabelecimentos penais estaduais
- 058 01-2009 Entrada de defensores públicos em presídios (mandado de segurança)
- 059 02-2009 Pacientes em medida de segurança que estão que estão em hospital psiquiátrico da secretária da saúde - - APENSADO AO PR. 05/2007, COMO PR. 05/2007 D.
- 060 03-2009 Morte de sentenciado (Diego Serafim Vasconcelos)
- 061 04-2009 Amamentação no Sistema Prisional e Licença Maternidade Remunerada às Presas
- 062 05-2009 Loas e volta para casa dos Transtornados Mentais
- 063 05-2009 Medida de Segurança em tratamento ambulatorial
- 064 07-2009 Auxílio à mulher egressa
- 065 08-2009 Força - Tarefa no Sistema Prisional
- 066 09-2009 Medida de Segurança/Soltos aguardando vaga
- 066 09-2009 A Ofícios da Corregedoria de Presídios "Decrim-Dr. Paulo Eduardo de Almeida Sorci"
- 067 10-2009 Denúncia de maus tratos ("presa pulada")
- 068 11-2009 Presos provisórios com transtorno mental
- 069 12-2009 Presos estrangeiros: Expulsão
- 070 13-2009 Força Nacional da Defensoria Pública
- 071 14-2009 Projeto de Lei em andamento no Congresso Nacional - Processo Penal
- 072 15-2009 Pls Urgentes - Exec Penal - Acomp. Mensal
- 073 16-2009 Súmulas - Tribunais
- 074 17-2009 Decretos de indulto e participação da Defensoria Pública
- 075 18-2009 Construção de novos presídios - SAP
- 076 19-2009 Estatuto Penitenciário Nacional (PLs)
- 077 20-2009 Pre-encontros (Dados das regionais)
- 078 21-2009 Interdição de Cadeias Publicas - ENCERRADO 6
- 079 22-2009 Violação dos direitos humanos e assistência judiciária - Preso na Argentina
- 080 23-2009 Regras Mínimas para o Tratamento de pessoas presas - ONU
- 081 24-2009 Campanha permanente de doação de livros para presídios
- 082 25-2009 Conselhos da comunidade
- 083 26-2009 Mandado de Segurança - VEC Tupã
- 084 27-2009 Mandado de Segurança - CDP Pinheiros 2
- 085 01-2010 Mulheres Grávidas Encarceradas
- 086 02-2010 CNJ em São Paulo
- 087 03-2010 Corte e Comissão-Interamericana
- 088 04-2010 HCTP de Taubaté
- 089 05-2010 Comunicações de Proposições de ACP's do Núcleo
- 090 06-2010 CDP I Osasco Acesso a Docs. Judiciais por Sentenciado Preso
- 091 07-2010 Condições de Aprisionamento - CDP IV de Pinheiros
- 092 08- 2010 Atuação da Força Nacional em Araçatuba

FLS.	11
Rubrica	
CSDP	

093 09-2010 Solicitação de Atendimento Médico e Odontológico a preso no CDP
SBC- ENCERRADO
094 10-2010 Morte de Preso em Itirapina II (GATORADE) - ENCERRADO
95 11-2010 Relatórios de visitas coordenadores VEC
96 12-2010 Relatórios de visitas gratificadas
097 13-2010 Penitenciária II de Avaré (RDE) medidas judiciais
098 14-2010 Exame Criminológico Projetos de Lei
099 15-2010 Atendimento à solicitação da D.P.E. Ceará
Restabelecimento de direitos políticos
100 16-2010 Denúncia ACAT - Brasil Wellington Dias da Silva
101 17-2010 Solicitação de Informação sobre Transferência Interestadual e
Mandados de prisão

14) Expedientes autuados com despacho de indeferimento de atuação do
Núcleo: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

FLS.	12
Rubrica	
CSDP	

**EXMA. SRA. DRA. DEFENSORA PÚBLICA PRESIDENTE DO
CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO
ESTADO DE SÃO PAULO.**

CARMEN SILVIA DE MORAES BARROS,
Defensora Pública Coordenadora do Núcleo de Situação Carcerária, vem
encaminhar relatório semestral de atividades (período janeiro/junho 2010).

São Paulo, 08 de outubro de 2010.

PROJETOS DE LEI PARA ACOMPANHAMENTO

PL 5075/2001. Ementa: Altera a designação da pena privativa de liberdade para pena de prisão em regime fechado e de pena restritiva de direitos para pena de restrição de direitos; dispondo sobre a desinternação progressiva do internado de acordo com a perícia médica e os demais órgãos da execução da medida de segurança e modificando a progressão de regime prisional de acordo com o cometimento de faltas disciplinares. **Situação:** 10/02/2005 - Câmara dos Deputados - Coordenação de Comissões Permanentes (CCP)- Projeto pronto para a pauta tendo em vista pareceres enquanto apensado, da CCOVN, pela rejeição; e da CCJC, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa e, no mérito, pela rejeição. Desde 10/02/05, sem novos andamentos. Pronto para pauta.

PL 7223/2006: Altera o prazo do RDD. **Ementa:** Pacote de Segurança Pública originário do Senado Federal. **Situação:** 8/10/2009 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA). Apense-se a este o PL-6123/2009

PL 6123/2009. Ementa: Tipifica o crime de Comunicação de Presos, na ocorrência de utilização ou tentativa de uso de Internet, aparelho telefônico de comunicação móvel (telefone celular), de rádio ou similar. **Situação:** 12/11/2009 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este o PL-6337/2009.

PL 6337/2009. Ementa: Alteração, Código Penal, tipicidade, crime, utilização, manutenção, posse, aparelho, telefone celular, telefone fixo, rádio, radiocomunicação, estabelecimento penal, presídio, penitenciária, pena de detenção, infrator, atividade clandestina. **Situação:** 17/11/2009 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial no DCD de 18/11/2009.

PL 2825/2003 Terceirização dos Serviços no âmbito dos estabelecimentos penais. Ementa: Autoriza a terceirização de serviços no âmbito dos estabelecimentos penais, inclui os que se destinam à custódia de menores infratores. **Situação:** 28/10/2009-**Comissão de Finanças e Tributação (CFT)** Encerrado o prazo para emendas. Não foram apresentadas emendas.

PL 1765/2007 Exame Criminológico. Ementa: Acrescenta os parágrafos 5º, 6º, 7º, 8º e 9º ao art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, estabelecendo a obrigatoriedade de realização de exame criminológico para progressão de regime e livramento condicional aos condenados por crimes hediondos, a prática da tortura, o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins e o terrorismo, que estejam cumprindo pena no regime fechado. **Situação:** 31/8/2007 - Apense-se à(ao) PL-4500/2001. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário Regime de Tramitação: Prioridade. Atualmente na COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP)

PL 3473/2000. Ementa: Fixa critérios quanto à aplicação e cumprimento da pena de prisão (regime fechado, semi-aberto e livramento condicional); pena de restrição de direitos (prestação de serviços à comunidade, interdição temporária de direito e limitação de fim de semana), multa e perda de bens. **Situação:** 31/07/2003- PLENÁRIO (PLEN)- Matéria não apreciada em face do encerramento do prazo regimental da Ordem do Dia.

FLS.	14
Rubrica	
CSDP	

PLS 190/2007. Ementa: O projeto de lei visa restaurar o sistema anterior e trazer de volta a exigência de exame criminológico por técnicos habilitados para a concessão das benesses penais de progressão de regime, livramento condicional, indulto individual e comutação de pena aos presos. **Situação: 27/11/2009** A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo sem apresentação de emendas à matéria, que será incluída em Ordem do Dia oportunamente. Matéria não apreciada na sessão do dia 31/08/2010, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 1º/09/2010.

PLS 158/2006. Ementa: Confere à autoridade administrativa a possibilidade de decretar medida cautelar (isolamento preventivo ou inclusão provisória em regime disciplinar diferenciado), pelo prazo máximo de 30 dias, desde que se impute ao preso a prática de falta grave, nos termos definidos pelos artigos 50 e 52 da Lei nº 7.210/84. **Situação: 17/11/2009** - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Retirado de Pauta e encaminhado ao gabinete do relator, Senador Aloizio Mercadante, para re-exame do Relatório.

PL 292 de 2007 ou PLC 98 de 2007 (Projeto de Lei da Câmara) - Trata do agravo de execução como agravo de instrumento, impondo regras do agravo de instrumento. **Ementa:** Altera a redação do art. 197 da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e acrescenta os arts. 197-A a 197-G ao mesmo diploma legal, disciplinando o procedimento do agravo de instrumento em execução penal. **Situação: 26/03/2010.** CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - É aprovado Requerimento nº 10, de 2010-CCJ, de autoria dos Senadores Demóstenes Torres e Marco Maciel, de destaque para votação em separado da Emenda nº 5. A Comissão aprova o Relatório do Senador Renato Casagrande, que passa a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). A Comissão aprova a Emenda nº 5, de autoria do Senador Demóstenes Torres, renumerada como Subemenda nº 1-CCJ à Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo). 07/06/2010 SSCLSF - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO SENADO Ação: Encaminhado ao Plenário.

PLS 421/2008. Ementa: Altera o Código Penal, a Lei de Execução Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, para tornar mais rigorosa a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional. **Situação: 04/05/2010** CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. **MATÉRIA COM A RELATORIA.** Ação: O Senador Cristovam Buarque Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa designa o Senador Eliseu Resende relator da matéria. Ao Gabinete do Senador Eliseu Resende.

PLS 148/2008. Ementa: Acrescenta o artigo 183-A ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para estipular a necessidade da reparação do dano nos crimes patrimoniais como condição para oferecimento de transação penal. **Situação: 29/05/2009** - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - Retorna à CCJ, nesta data. Distribuído à Senadora Kátia Abreu para emitir relatório.

PLS 30/2008. Ementa. Altera o art. 2º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória. **Situação: 04/05/2010** CDH - Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa **MATÉRIA COM A RELATORIA** Ação: O Senador Cristovam

FLS.	B
Rubrica	
CSDP	

Buarque Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa designa o Senador Eliseu Resende relator da matéria. Ao Gabinete do Senador Eliseu Resende.

PLS 51/2009. Ementa: Altera a Lei de Execução Penal, para prever, no caso de falta grave cometida pelo condenado, a interrupção do período aquisitivo do livramento condicional. **Situação:** 19/03/2009 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Aloízio Mercadante, para emitir relatório.

PLS 190/2007. Ementa: Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena. **Situação:** Matéria não apreciada na sessão do dia 31/08/2010, transferida para a sessão deliberativa ordinária de 1º/09/2010.

PLs - SENADO

- 2010 **PLS 8** Senadora Ideli Salvatti Altera o Código de Processo Penal, para dispor sobre alienação antecipada de coisas apreendidas
- 2009 **PLS 257** Senador Garibaldi Alves Filho Altera o Código de Processo Penal, para prever destinação social de instrumentos dos crimes de contrabando, descaminho e pirataria
- 2009 **PLS 239** Senador Alvaro Dias (PSDB / PR) Altera o Código de Processo Penal, para assegurar prioridade aos processos cuja competência tenha sido definida pela prerrogativa de função
- 2009 **PLS 156** Presidente do Senado Federal Reforma do Código de Processo Penal (Volume - VI) - Da nova redação ao CPP
- 2008 **PLS 420** Senador Magno Malta (PR / ES) Altera o art. 581 o Código de Processo Penal, para prever explicitamente o cabimento de recurso em sentido estrito no caso de não ser recebido o aditamento à denúncia ou queixa.
- 2008 ***** **PLS 327** Senador Alvaro Dias (PSDB / PR) Altera a Lei nº 9.296/1996, para regulamentar a instituição, em cada ramo do Ministério Público da União e em cada Ministério Público dos Estados, de conselhos encarregados do acompanhamento e fiscalização dos pedidos de interceptação telefônica
- 2008 ***** **PLS 270** Senador Gerson Camata Altera a Lei 9296/1996 para prever novo critério de delimitação dos crimes passíveis de interceptação telefônica, além de prever o recurso de ofício da decisão judicial que autoriza a realização do referido procedimento
- 2007 **PLS 736** Senador Romeu Tuma (PTB / SP) Altera dispositivos do Código de Processo Penal, para prever a realização de interrogatório do acusado preso por videoconferência.
- 2007 **PLS 594** Senador Gilvam Borges Altera o art. 303 e acrescenta os arts. 302-A e 303-A ao Código de Trânsito Brasileiro, para aumentar as penas dos crimes de condução de veículo automotor em estado de embriaguez e de participação em via pública de competição automobilística não autorizada pela autoridade competente.
- 2007 **PLS 50** Senador Expedito Júnior (PR / RO) Revoga o inciso VII do caput do art. 295 do Código de Processo Penal, e a alínea h do art. 242 do Código de Processo Penal Militar, que tratam da prisão especial para diplomados em nível superior.
- 2007 **PLS 45** Senador Mozarildo Cavalcanti Altera o parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.072/1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, para incluir, entre os referidos crimes, genocídio e corrupção de menores.

- 2007 PLS 355 Senador José Nery (PSOL / PA) Altera o art. 610 do Código de Processo Penal , para suprimir a abertura de prazo de vista ao Ministério Público, nos casos em que especifica.
- 2007 PLS 323 Senador Pedro Simon (PMDB / RS) Dá nova redação a dispositivos do CPP, para tornar mais eficientes as medidas cautelares de sequestro de bens de proveniências ilícita e estabelecer o pagamento de fiança para os crimes de lavagem de dinheiro
- 2007 PLS 321 Senador Pedro Simon (PMDB/RS) Altera a Lei nº 9.296/1996, para retirar o limite de prazo para a diligência de interceptação telefônica e para definir o prazo de conservação dos dados de ligações telefônicas
- 2007 PLS 212 Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) Altera o art. 69 da Lei 9.099/1995, para definir a autoridade policial competente para lavrar o Termo Circunstanciado
- 2007 PLS 179 Senador César Borges (PFL / BA) Altera o art. 325 do Código de Processo Penal, para atualizar os valores da fiança.
- 2007 PLS 149 Senador Marconi Perillo (PSDB/GO) Altera o Código de Processo Penal, para destinar, prioritariamente, o dinheiro apurado em leilão público de coisas apreendidas e seqüestradas à reparação do dano sofrido pela vítima.
- 2007 PLS 139 Senador Demóstenes Torres (DEM/GO) Altera o CPP, para dar novo tratamento ao instituto da fiança no processo penal e dá outras providências.
- 2007 PLS 119 Senador Pedro Simon (PMDB / RS) Altera a redação de Título e artigos, e revoga dispositivos do Código de Processo Penal sobre procedimentos investigatórios.
- 2006 PLS 280 Senador Edison Lobão (PFL / MA) Altera os arts. 394 a 396 e 581 do Código de Processo Penal, para estabelecer o oferecimento de defesa prévia do acusado antes do recebimento da denúncia ou queixa.
- 2006 PLS 276 Comissão CPI - BINGOS Altera o Código de Processo Penal , para criar recurso contra decisão de juiz que nega requerimentos de busca e apreensão, de interceptação telefônica ou de medida assecuratória.
- 2006 PLS 230 Senador Romeu Tuma (PFL/SP) Altera a Lei nº 9.296/1996, que "Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal", para que seja disciplinada a interceptação de comunicações de qualquer natureza
- 2006 ***** PLS 160 Senador Romeu Tuma (PFL / SP) Revoga os artigos 607 e 608 do Código de Processo Penal . Dispõe sobre a extinção do recurso especial da defesa contra as decisões do Tribunal do Júri nos casos em que a pena imposta for superior a 20 anos.
- 2006 PLS 148 Senador Serys Slhessarenko Acrescenta parágrafo único ao art. 86 da Lei nº 9.099/1995, que "dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais e dá outras providências", para determinar a detração no rito sumaríssimo
- 2006 PLS 139 Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) Altera o Código de Processo Penal, para prever a videoconferência como regra no interrogatório judicial.
- 2006 PLS 138 Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) Altera o CPP para prever a indisponibilidade de bens do indicado ou acusado e a necessidade de comparecimento pessoal em juízo para a apresentação de pedido de restituição ou disponibilidade
- 2005 PLS 367 Senador Pedro Simon (PMDB/RS) Altera a redação do art. 667 do Código de Processo Penal. Disciplina a impetração do habeas corpus.
- 2005 PLS 230 Senador Hélio Costa (PMDB / MG) Dispõe que os crimes de corrupção na Administração Pública são inafiançáveis e imprescritíveis.
- 2005 PLS 1 Senador Alvaro Dias (PSDB / PR) Altera o Código de Processo Penal , para ampliar a competência do tribunal do júri, dar ao juiz poder para negar testemunhas protelatórias e prever possibilidade de prisão preventiva para réu foragido que tenha cometido crime a que seja cominada pena de detenção.

- 2004 PLS 82 Senador Aelton Freitas (PL / MG) Revoga os artigos 608 do Código de Processo Penal, para retirar do ordenamento processual pátrio instituído o protesto por novo júri.
- 2004 PLS 77 Senador Paulo Paim (PT / RS) Altera o Código de Processo Penal Brasileiro para incluir o parágrafo único no artigo 244 no referido Código. Altera a Lei de Abuso de Autoridade para incluir a letra "j" ao artigo 4º. Acrescenta a Lei das Estatísticas Criminais o artigo 2º-A.
- 2004 PLS 365 Senador César Borges (PFL / BA) Adiciona parágrafo único ao art. 123 do Código de Processo Penal, para permitir que as coisas apreendidas que não forem reclamadas sejam destinadas a entidades filantrópicas.
- 2004 PLS 116 Senador Demóstenes Torres (PFL / GO) Revoga os Capítulos II, III, IV e V do Título II, do Livro II (artigos 513 a 540), do Código de Processo Penal, para revogar os procedimentos especiais relativos aos crimes de responsabilidade de funcionários públicos, de calúnia e injúria e contra a propriedade imaterial e o procedimento sumário.
- 2003 PLS 514 Senador Demóstenes Torres (PFL / GO) Altera e revoga dispositivos do Código de Processo Penal, para extinguir a figura processual do curador ao menor de 21 anos e dá outras providências.
- 2003 PLS 486 Senador Pedro Simon (PMDB / RS) Altera dispositivos da Código de Processo Penal e dá outras providências, para tornar mais rígida a legislação sobre os crimes contra a administração pública.
- 2003 PLS 479 Senador Demóstenes Torres (PFL / GO) Altera o artigo 312 do Código de Processo Penal, para mudar as condições em que poderá ser decretada a prisão preventiva.
- 2003 PLS 442 Senador Demóstenes Torres (PFL / GO) Altera e acrescenta dispositivos da Lei nº 8137/1990 e do Código de Processo Penal para agravar penas, condicionar a liberdade provisória ao pagamento de fiança, e, após sentença condenatória recorrível, ao ressacimento do dano, exigir o cumprimento mínimo de metade da pena para obtenção de benefícios penais, e dá outras providências.
- 2003 PLS 437 Senador Demóstenes Torres (PFL / GO) Altera dispositivos da Lei nº 9613/1998 e do Código de Processo Penal, para agravar penas, condicionar a liberdade provisória ao pagamento de fiança e dá outras providências.
- 2003 PLS 335 Senador Efraim Morais (PFL / PB) Altera o CPP, e dispõe sobre a tipificação do crime de pagamento irregular de precatórios e comina a respectiva pena.
- 2003 PLS 141 Senador Valdir Raupp (PMDB / RO) Altera os artigos 302 e 303, do Código de Trânsito Brasileiro, definindo novas causas de aumento da pena para os crimes de homicídio culposo e lesão corporal culposa.
- 2003 PLS 107 Senador Paulo Paim (PT / RS) Modifica os artigos 121 e 122 da Lei nº 8069/1990, que "dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências".
- 2002 PLS 248 Senador Romeu Tuma Acrescenta parágrafo único ao artigo 185 do CPP, e § 3º ao artigo 792 do mesmo diploma processual, para dispor sobre a realização de interrogatório a distância e a dispensa do comparecimento físico do acusado e das testemunhas nas audiências, mediante a utilização de recursos tecnológicos de presença virtual.
- 2010 PLS 106 Senador Marconi Perillo (PSDB/GO) Altera o art. 252 do Código de Processo Penal, para impedir que o juiz exerça a jurisdição no processo em que for parte a autoridade que o nomeou.
- 2009 PLS 571 Senador Roberto Cavalcanti Altera o art. 285 do CPP, para que o mandado de prisão identifique com exatidão a pessoa que deve ser presa
- 2009 PLS 562 Senadora Rosalba Ciarlini Altera o art. 285 do CPP, para que o mandado de prisão identifique com exatidão a pessoa que deve ser presa

- 2010 PLS 37 Senadora Lúcia Vânia (PSDB / GO) Altera o art. 10 do Código de Processo Penal e o art. 12 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para determinar o prazo máximo de conclusão e envio do inquérito policial, no caso de violência doméstica e familiar contra a mulher.
- 2010 PLS 84 Senador Demostenes Torres Acresce o § 12, ao artigo 129, do Código Penal, para estabelecer a forma da ação penal nos crimes de lesões corporais leves.
- 2010 PLS 73 Senador Papaléo Paes (PSDB/AP) Altera o Código Penal, e a Lei nº 8.072/1990, para prever com qualificador o concurso de duas ou mais pessoas para o homicídio
- 2010 PLS 31 Senador José Nerly Altera o § 4º do art. 121 do Código Penal, para agravar as penas dos crimes de homicídio e lesões corporais motivados por discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião, orientação sexual ou procedência nacional.
- 2010 PLS 110 Senador Demostenes Torres Acrescenta art. 288-A ao Código Penal, para definir o crime e a pena de torcida organizada voltada para a prática de violência
- 2009 PLS 574 Senador Heráclito Fortes (PFL / PI) Acrescenta os arts. 317-A e 333-A ao Código Penal, para criminalizar a fraude em programas de transferência de renda
- 2009 PLS 35 Senador Mozarildo Cavalcante Altera a redação dos arts. 317 e 333 do Código Penal, para determinar aumento de pena nas hipóteses indicadas.
- 2009 PLS 294 Senador Expedito Junior Altera o § 1º do art. 97 do Código Penal, para estabelecer limites de duração da medida de segurança imposta ao agente inimputável
- 2009 PLS 237 CPI Pedofilia Altera os arts. 286 e 287 do Código Penal, com a finalidade de agravar a pena dos delitos de incitação e de apologia de crime quando este for punido com reclusão
- 2009 PLS 234 CPI Pedofilia Altera o Código Penal para que a prescrição dos crimes praticados contra crianças e adolescentes só conte a partir dos 18 anos da vítima
- 2009 PLS 233 CPI Pedofilia Altera o Código Penal com a finalidade de exigir o exame criminológico, tratamento, monitoramento eletrônico e entre outros para livramento condicional no caso de condenação por crimes contra a liberdade sexual
- 2009 PLS 216 Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) Altera o Código Penal, para incluir a tipificação de pirataria contra embarcação
- 2009 PLS 201 CPI Pedofilia Altera os arts. 286 e 287 do Código Penal, com a finalidade de agravar a pena dos delitos de incitação e de apologia de crime quando este for punido com reclusão.
- 2009 PLS 177 CPI Pedofilia Altera o Código Penal e as Leis nº 7.960/1989 (Lei de Prisão Temporária), nº 8.072/1990, e nº 8.069/1990 (ECA), para agravar a pena dos crimes de estupro e atentado violento ao pudor, quando cometidos contra criança, e dá outras providências
- 2009 PLS 132 Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) Acrescenta paragr. 4º ao art. 161 do CP, para aumentar a pena de esbulho possessório praticado em área de reserva legal, unidade de conservação e área de preservação permanente.
- 2008 PLS 7 Senador Romeu Tuma (PTB / SP) Altera dispositivos do Código Penal, instituindo que o uso de quaisquer tipos de armas, mesmo que de construção caseira, por interno em estabelecimento penal para cumprimento de pena privativa de liberdade aumenta em 1/2 sua pena.
- 2008 PLS 6 Senador Romeu Tuma (PTB / SP) Altera dispositivos do Código Penal, e institui que o uso de aparelhos de comunicação, por interno em estabelecimento penal para cumprimento de pena privativa de liberdade terá a pena acrescida em 1/3.
- 2008 PLS 404 Senador Renato Casagrande (PSB/ES) Altera o Código Penal e o Código Penal Militar, para prever pena de seis meses a dois anos ao crime de trote vexatório.

- 2008 PLS 370 Senador Papaléo Paes (PSDB / AP) Altera o Código Penal para incluir o crime de induzir pessoa não maior de quatorze anos a presenciar ato de libidinagem e dá pena de 6 a 10 anos de reclusão
- 2008 PLS 351 Senador Paulo Duque (PMDB / RJ) Altera o Código de Processo Civil pertinentes ao julgamento em segunda instância, com a criação de recurso oral em substituição à sustentação oral prévia, e dá outras providências.
- 2008 PLS 346 Senador Marco Antônio Costa (DEM / TO) Altera o Código Penal , instituindo que ser menor de 21 e ter igual ou mais de 66 anos são circunstâncias atenuantes.
- 2008 PLS 208 Senador Adelmir Santana (DEM/DF) Altera o Código Penal para prever pena por crimes praticados por servidores públicos contra a prestação de serviço público, e dá outras providências
- 2008 PLS 149 Senador Demóstenes Torres (DEM / GO) Altera os arts. 61, 62, 65 e 66 do Código Penal, para fixar em 1/6 o acréscimo ou diminuição da pena base em decorrência de circunstâncias agravantes ou atenuantes.
- 2008 PLS 148 Senador Demóstenes Torres (DEM / GO) Acrescenta o Código Penal, para estipular a necessidade da reparação do dano nos crimes patrimoniais como condição para oferecimento de transação penal.
- 2008 PLS 43 Senador Marconi Perillo (PSDB/GO) Acrescenta § 4º ao art. 161 do Código Penal , para instituir a forma qualificada de esbulho possessório e estabelece pena de um a dois anos e multa.
- 2007 PLS 88 Senador Álvaro Dias Altera os arts. 121 e 147 do Código Penal, para prever como circunstância que agrava a pena a hipótese de a vítima ser agente público integrante de carreira policial, no exercício da função ou em razão dela.
- 2007 PLS 689 Senadora Serys Slhessarenko (PT / MT) Acrescenta parágrafos aos arts. 213 e 214 do Código Penal , e ao art. 9º da Lei nº 8.072/1990, para definir o crime de pedofilia como circunstância qualificadora, estabelece penas e dá outras providências.
- 2007 PLS 613 Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) Altera o Código de Trânsito Brasileiro e o Código Penal , com vistas a aumentar as penas dos crimes: homicídio culposo e lesão corporal (culposa ou não) e determinar que o juiz seja comunicado imediatamente sobre acidentes de trânsito com morte, para efeito de suspensão cautelar da habilitação do condutor.
- 2007 PLS 552 Senador Gerson Camata (PMDB / ES) Acrescenta o art. 216-B do Código Penal , para cominar a pena de castração química nas hipóteses em que o autor dos crimes tipificados nos arts.213,214, 218 e 224 for considerado pedófilo, conforme o Código Internacional de Doenças.
- 2007 PLS 537 Senador Papaléo Paes (PSDB / AP) Altera o art. 218 do Código Penal para dar nova tipificação ao crime de corrupção de menores, de forma a proteger todos os menores de 18 anos (antes até os 14 anos).
- 2007 PLS 496 Senador César Borges (DEM/BA) Acrescenta o artigo 207-A ao Código Penal, para tipificar a intermediação fraudulenta de mão-de-obra.
- 2007 PLS 328 Senador Pedro Simon (PMDB/RS) Altera o art. 316 do Código Penal, para acrescentar parágrafo único aumentando a pena do crime de concussão quando o agente vale de informações de inquérito
- 2007 PLS 327 Senador Pedro Simon (PMDB/RS) Altera o Código Penal de modo a dobrar a contagem dos prazos prescricionais nas hipóteses nela previstas.
- 2005 PLS 307 Senador Pedro Simon (PMDB/RS) Altera a redação do art. 115 do Código Penal . Dispõe sobre a redução dos prazos prescricionais, quando o infrator era, ao tempo da prática delitiva, menor de 21 anos ou, na data da sentença, maior de 70 anos.
- 2004 PLS 199 Senador Pedro Simon (PMDB/RS) Dá nova redação ao § 2º do art. 110 do Código Penal . A prescrição não pode ter por termo inicial data anterior à do recebimento da denúncia ou queixa.

- 2005 PLS 204 Senador Marcelo Crivella (PL / RJ) Altera o Código Penal para prever a possibilidade de perdão da execução da pena na hipótese que especifica. O juiz poderá deixar de aplicar a pena se o condenado não tiver praticado nenhum crime no correspondente período e sua conduta social, ocupação, antecedentes e outras circunstâncias recomendarem a extinção da pena.
- 2007 PLS 239 Senador Expedito Júnior (PR / RO) Altera o § 4º do artigo 121 do Código Penal, para aumentar a pena do homicídio doloso praticado contra magistrado, membro do Ministério Público, agente penitenciário ou policial civil ou militar.
- 2006 PLS 159 Senador Romeu Tuma (PFL / SP) Dá nova redação ao artigo 288 do Código Penal , e acrescenta o artigo 288-A à mesma lei. Dispõe sobre o aumento das penas pela prática de crime de quadrilha ou bando que atentam contra a ordem pública.
- 2005 PLS 357 Senador Romeu Tuma (PFL / SP) Aumenta a pena de reclusão, de um a dois anos, para o crime de favorecimento pessoal definido no art. 348 do Código Penal .
- 2003 PLS 438 Senador Demóstenes Torres (PFL / GO) Altera dispositivos do Código Penal , para agravar penas e determinar regime inicial para cumprimento de pena, dos crimes contra a administração pública.
- 2007 PLS 223 Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) Acrescenta § 4º ao artigo 312 do Código Penal , e aumenta a pena de um sexto a um terço para peculato sobre bens e valores destinados a educação e saúde.
- 2006 PLS 40 Senadora Heloisa Helena (PSOL-AL) Acrescenta no Código Penal , o § 3º ao art. 317 e o § 2º ao art. 333, transformando o atual parágrafo único deste dispositivo, em § 1º; acrescenta o inciso VII-C ao art. 1º da Lei 8.072/1990, que trata sobre vantagem indevida de grande proporção.
- 2006 PLS 253 Senador Cristovam Buarque (PDT/DF) Altera a Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para tornar crime hediondo as condutas previstas nos arts. 312, 313-A, 313-B, 315, 317, caput e § 2º, e 333 do Código Penal
- 2004 PLS 61 Senador Papaléo Paes (PMDB/AP) Acrescenta parágrafo ao artigo 158 do Código Penal -, e inciso à Lei nº 8072/1990, para tipificar o chamado "seqüestro relâmpago" e enquadrá-lo como crime hediondo
- 2004 PLS 38 Senador Gerson Camata (PMDB/ES) Altera o Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal , para tornar reincidente o agente que voltar a cometer crime hediondo quando já houver cometido crime da mesma natureza quando menor.
- 2007 PLS 163 Senador Aloizio Mercadante (PT / SP) Altera dispositivos do Código Penal, que tratam da substituição da pena privativa de liberdade
- 2006 PLS 55 Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) Altera o art. 171 do Código Penal, para criminalizar a conduta de exercício ilegal de profissão ou atividade, e dá outras providências.
- 2006 PLS 283 Senadora Serys Slhessarenko (PT / MT) Dispõe sobre a elevação da pena prevista no art. 149 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), que trata da redução a condição análoga à de escravo.
- 2006 PLS 274 Comissão CPI - BINGOS Altera o Código Penal , e a Lei nº 9.613/1998, para criminalizar a exploração de jogos de azar e tornar mais eficiente a persecução penal nos casos de lavagem de dinheiro.
- 2006 PLS 264 Comissão CPMI - Da Terra Altera os arts. 161 do Decreto-Lei nº 2.848/1940, e o art. 1º da Lei nº 8.072/1990, para prever o esbulho possessório com fins políticos e enquadrá-lo no rol dos crimes hediondos, e dá outras providências
- 2006 PLS 260 Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) Altera o Código Penal, para criminalizar o fornecimento de aparelho telefônico, de rádio ou similar a preso, que permita a comunicação com outros presos ou com o ambiente externo.
- 2006 PLS 162 Senador Romeu Tuma (PFL / SP) Acrescenta um § 6º ao artigo 121 do Código Penal . Dispõe sobre a pena de 20 a 30 anos de reclusão para

homicídio doloso praticado contra funcionário público no exercício da função ou em razão dela.

2006 PLS 105 Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) Altera o nome do Título VI da Parte Especial do Código Penal, para "Dos crimes contra a liberdade e o desenvolvimento sexual".

2005 PLS 387 Senador Edison Lobão (PFL / MA) Altera os arts. 168-A e 337-A do Código Penal e dá outras providências. Dispõe sobre a punibilidade dos crimes previdenciários.

2005 PLS 383 Senador Delcídio Amaral (PT/MS) Acrescenta ao Código Penal Brasileiro o artigo 308-A, prevendo os crimes de "Fraude sobre cartão ou chave de identificação pessoal automatizada" e de "Petrechos para obtenção indevida".

2005 PLS 378 Senador Osmar Dias (PDT / PR) Acrescenta os §§ 5º e 6º ao art. 297 do Código Penal, para prever a extinção da punibilidade do crime nas hipóteses indicadas.

2005 PLS 356 Senador Romeu Tuma (PFL / SP) Acrescenta ao Código Penal - o art. 351-A, para tipificar a conduta de ingresso ilegal de arma ou meio de comunicação em estabelecimento prisional.

2005 PLS 344 Senadora Lúcia Vânia (PSDB / GO) Acrescenta o art. 207-A ao Código Penal , com vistas a criminalizar a contratação de menores de dezoito anos para trabalho perigoso ou insalubre.

2005 PLS 301 Senador Romeu Tuma (PFL/SP) Altera o Código Penal , para criminalizar a fraude em concurso público ou em qualquer exame de interesse público.

2005 PLS 3 Senador Alvaro Dias (PSDB / PR) Altera o Código Penal , para prever perda em favor do Estado dos instrumentos e produtos do crime, pagamento de multa por pessoa jurídica usada por dirigente condenado para prática de crime, e dá outras providências

2005 PLS 280 Senador Osmar Dias (PDT / PR) Altera o Código Penal , para prever o crime de fraude em concurso público.

2005 PLS 271 Senador Pedro Simon (PMDB/RS) Altera o Código Penal , no que tange à substituição da pena de liberdade pela restritiva de direitos.

2005 PLS 249 Senador Hélio Costa (PMDB / MG) Altera o Código Penal e a Lei nº 8.072/1990, para elevar o período mínimo de cumprimento da pena na concessão do livramento condicional a condenados por crimes hediondos.

2005 PLS 24 Senador Marcelo Crivella (PL / RJ) Altera a redação do artigo 316, do Código Penal , para reduzir as penas corporais previstas nos seus §§ 1º e 2º, e adequar a redação do seu § 1º ao disposto na Lei Complementar 95, de 26 de fevereiro de 1998.

2005 PLS 339 Senador Pedro Simon (PMDB / RS) Dá nova redação ao § 6º do art. 180, do CP. Dispõe sobre a qualificação do crime praticado contra os bens e patrimônio do Distrito Federal.

2005 PLS 230 Senador Hélio Costa (PMDB / MG) Dispõe que os crimes de corrupção na Administração Pública são inafiançáveis e imprescritíveis.

2005 PLS 217 Senador Pedro Simon (PMDB/RS) Introduce modificações no artigo 92 do Código Penal . Torna automática a perda de cargo, função pública ou mandato eletivo, nos casos de condenação judicial por crime ou contravenção praticado com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública.

2005 PLS 209 Senador Paulo Paim (PT / RS) Acrescenta parágrafos aos arts. 317 e 333 do Código Penal , para tornar insuscetíveis de fiança e de liberdade provisória os crimes de corrupção ativa e passiva.

2005 PLS 13 Comissão Comissão Especial Externa - "Terras Indígenas" Acrescenta parágrafos ao art. 348 do Código Penal, para estabelecer a forma qualificada do crime de favorecimento pessoal, quando praticado por funcionário público no exercício de suas funções.

- 2004 PLS 267 Senador Demóstenes Torres (PFL / GO) Altera o art. 75 do Código Penal , para determinar quarenta anos como limite de cumprimento da pena privativa de liberdade.
- 2002 PLS 67 Senador Romeu Tuma (PFL / SP) Altera o Código Penal para disciplinar a execução e a prescrição da pena.
- 1999 PLS 315 Senador Luiz Estevão (PMDB/DF) Altera o artigo 75 do Código Penal , aumentando o tempo de cumprimento da pena privada de liberdade.
- 1999 PLS 310 Senador Alvaro Dias (PSDB / PR) Altera o art. 75 do Código Penal e o art. 9º da Lei nº 8072/1990, para aumentar o tempo de cumprimento da pena privativa de liberdade.
- 2004 PLS 227 Senador Mozarildo Cavalcanti (PPS/RR) Altera o art. 128 do Código Penal , para não punir a prática do aborto realizado por médico em caso de anencefalia fetal.
- 2004 PLS 225 Senador Paulo Paim (PT / RS) Altera o Código Penal, para declarar que no crime de injúria qualificada pela utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem, condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência (art. 140, § 3º, do Código Penal), procede-se mediante ação penal pública condicionada à representação do ofendido.
- 2004 PLS 196 Senador Demóstenes Torres (PFL / GO) Acrescenta inciso ao § 2º do art. 171 do Código Penal , para criar a figura típica do emprego de fraude em certame seletivo para ingresso no serviço público ou preenchimento de vaga do corpo discente de estabelecimento de ensino público ou privado.
- 2004 PLS 186 Senador Demóstenes Torres (PFL-GO) Altera o caput e o § 1º do art. 75 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para aumentar o limite de cumprimento das penas privativas de liberdade de trinta para quarenta anos e, ainda, inclui o § 3º, para restringir a unificação decorrente do limite máximo de pena privativa de liberdade ao cumprimento da pena
- 2004 PLS 168 Senador Heráclito Fortes (PFL / PI) Acrescenta parágrafos ao art. 261 do Código Penal para definir as ações que compreendem a exposição de aeronave a perigo.
- 2004 PLS 13 Senador Paulo Paim (PT / RS) Altera o Código Penal para incluir a previsão de agravantes aos crimes praticados por motivo de racismo.
- 2004 PLS 113 Senador Demóstenes Torres (PFL / GO) Acrescenta parágrafo único ao artigo 123 do Código Penal , para definir que se aplicam as penas previstas no artigo 121 do mesmo Código ao co-autor ou partícipe do crime de infanticídio.
- 2003 PLS 66 Senador José Sarney Altera artigos 75 e 121 do Código Penal - altera pena máxima para 40 anos; aumenta pena para homicídios qualificados; introduz como homicídio qualificado o praticado contra magistrados, membros do Ministério Público, jurados e policiais.
- 2003 PLS 57 Senador Valmir Amaral (PMDB/DF) Acrescenta nova causa impeditiva da prescrição ao artigo 116 do Código Penal . Dispõe sobre a suspensão da prescrição, enquanto durar o julgamento de processo de extradição.
- 2003 PLS 508 Senador João Ribeiro (PFL / TO) Acrescenta dispositivo ao Código Penal para considerar crime a prática dos atos de utilização indevida de dados e informações cadastrais alheias
- 2003 PLS 491 Senadora Patrícia Saboya Gomes Altera a redação do art. 225 do CP para estabelecer hipótese de ação pública
- 2003 PLS 457 Senador Demóstenes Torres (PFL-GO) Altera o § 2º e sua alínea "a" do artigo 33 do Código Penal, para estabelecer condições para a progressão de regime e determinar o início do cumprimento de pena em regime fechado para o condenado reincidente.
- 2003 PLS 378 Senador Tasso Jereissati (PSDB / CE) Altera o Código Penal , para introduzir o crime de pichação e dá outras providências

- 2003 PLS 338 Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) Altera o artigo 61 do Código Penal, para incluir entre as circunstâncias agravantes genéricas, os crimes praticados contra funcionário e demais pessoas que trabalhem ou prestem serviços voluntários no sistema prisional, no exercício ou em razão da função ou serviço; e por preconceito de raça, cor, etnia ou religião.
- 2003 PLS 335 Senador Efraim Moraes (PFL/PB) Dispõe sobre a tipificação do crime de pagamento irregular de precatórios e comina a respectiva pena.
- 2003 PLS 227 Senador Magno Malta Adiciona parágrafo único ao artigo 76 da Lei de Execução Penal, para estabelecer as atribuições da divisão de inteligência penitenciária.
- 2003 PLS 204 Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) Altera o artigo 171 do Código Penal, para tipificar o crime de cópia de dados bancários.
- 2003 PLS 154 Senador Romeu Tuma (PFL / SP) Altera o Código Penal, para determinar que o crime de recepção por comerciantes ou indústrias sempre enseje ao menos a recepção culposa.
- 2003 PLS 135 Senador Delcídio Amaral (PT / MS) Altera o código Penal, para dispor sobre os crimes contra a intimidade e a vida privada das pessoas, bem como a obtenção e utilização indevida de cartão, chave, senha, dado, certificado digital ou qualquer outro instrumento de identificação pessoal hábil para acessar ou movimentar os valores depositados em conta bancária alheia.
- 2001 PLS 126 Senador Mozarildo Cavalcanti (PFL/RR) Altera o artigo 133 § 3º, II do Código Penal estendendo ao "companheiro" os mesmos direitos e deveres do cônjuge.
- 1999 ECD 32 Senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) Altera o art. 61 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir circunstância agravante genérica nos casos de crimes praticados contra policiais, membros do Ministério Público ou magistrados no exercício de suas funções ou em razão delas.
- 2009 PLS 51 Senador Demostenes Torres Altera a Lei de Execução Penal, para prever, no caso de falta grave cometida pelo condenado, a interrupção do período aquisitivo do livramento condicional.
- 2009 PLS 362 Senador Marcelo Crivela Acrescenta § 2º ao art. 87 da Lei de Execução Penal, para estabelecer que a pena pelo cometimento de crime hediondo será cumprida em penitenciária federal de segurança máxima, até a progressão para o regime semiaberto.
- 2008 PLS 23 Senadora Roseana Sarney (PMDB / MA) Altera os arts. 83 e 84 da LEP para garantir a permanência dos filhos com idade de até 04 (quatro) anos junto às mães encarceradas, condenadas e presas provisórias.
- 2008 PLS 12 Senador Expedito Júnior (PR / RO) Altera a Lei de Execução Penal, para permitir à condenada a permanência com seus filhos até a idade de três anos em estabelecimento penal.
- 2008 PLS 30 Senadora Kátia Abreu Altera a LEP e o art. 2º da Lei nº 8.072/1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado, revogando, ainda, a proibição de concessão de liberdade provisória. Ainda prevê exame criminológico e monitoramento eletrônico.
- 2007 PLS 75 Senador Gerson Camata Altera a Lei nº 7.210/1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena, quando se tratar de preso condenado por crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.
- 1995 PLS 104 Senador Romeu Tuma Altera dispositivos da LEP sobre exame criminológico e progressão do regime de execução das penas privativas de liberdade, e das outras providências.
- 2007 PLS 719 Senador Demóstenes Torres (DEM / GO) Acrescenta os parágrafos 3º, 4º e 5º da Lei de Execução Penal, para estabelecer o monitoramento das ligações telefônicas realizadas pelos presos.

- 2007 PLS 683 Senadora Serys Slhessarenko (PT / MT) Altera o art. 41 a LEP, para garantir o direito de visita a presos sem distinção de gênero.
- 2007 PLS 674 Senadora Serys Slhessarenko (PT / MT) Altera a Lei de Execução Penal , para determinar a obrigatoriedade da separação de homens e mulheres em estabelecimentos penais.
- 2007 PLS 582 Senador Marcelo Crivella (PRB / RJ) Altera o disposto no art. 84 da Lei de Execução Penal, para extinguir o benefício da prisão especial por força da condição socioeconômica do preso, e dá outras providências.
- 2007 PLS 461 Senador Demóstenes Torres (DEM / GO) Altera a Lei de Execução Penal para dispor sobre a assistência educacional devida aos presos, incluindo os provisórios.
- 2007 PLS 164 Senador Aloizio Mercadante (PT / SP) Altera dispositivos da Lei de Execução Penal - , para introduzir a remição da pena pelo estudo.
- 2006 PLS 265 Senador Cristovam Buarque (PDT / DF) Altera os arts. 126, 129 e 130 da Lei de Execução Penal , para instituir a alternativa de remição de pena pelo estudo.
- 2008 PLS 230 Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB / PE) Altera a Lei de Execução Penal, de forma a tornar a educação obrigatória e o eixo primordial da ressocialização de presos e internados
- 2007 PLS 162 Senador Aloizio Mercadante (PT / SP) Altera dispositivos da LEP, para dispor sobre os critérios de divisão de presos provisórios e de presos condenados
- 2006 PLS 217 Senador Cristovam Buarque (PDT / DF) Altera o art. 83 da Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios
- 2006 PLS 158 Senador Romeu Tuma (PFL / SP) Altera o artigo 60 da Lei de Execução Penal . Aumenta em 30 dias o isolamento preventivo ou a inclusão provisória no regime disciplinar diferenciado, podendo ser prorrogado até 120 dias.
- 2006 PLS 155 Senador César Borges (PFL / BA) Altera o inciso I do art. 75 da Lei de Execução Penal , para dispor sobre o curso necessário para o cargo de diretor de estabelecimento penal.
- 2005 PLS 366 Senador Gerson Camata (PMDB / ES) Acrescenta parágrafo ao art. 83 da Lei de Execução Penal, para proibir que as celas dos estabelecimentos penais possuam tomadas elétricas.
- 2005 PLS 304 Senadora Serys Slhessarenko (PT / MT) Altera o § 2º do art. 36 da Lei de Execução Penal , para determinar a remuneração do trabalho do preso pelas empresas conveniadas,
- 2005 PLS 179 Senador Federal - Demóstenes Torres (PFL /GO) Altera a LEP e a Lei 10792/2003, para criar o regime penitenciário de segurança máxima, e dá outras providências
- 2003 PLS 173 Senador Hélio Costa (PMDB / MG) Adiciona o inciso XI ao artigo 39 da Lei de Execução Penal para tornar obrigatório o uso de uniforme pelos presidiários.
- 2003 PLS 15 Senador Hélio Costa (PMDB/MG) Altera o artigo 112 da Lei de Execução Penal, instituindo regra especial para a progressão dos regimes penitenciários:
- 2010 PLS 57 Senador Marconi Perillo Altera dispositivos das Leis nºs 8.072/1990, e 7.210/1984, para agravar o regime de cumprimento de pena do reincidente na prática de crime hediondo
- 2010 PLS 111 Senador Demostenes Torres Altera a Lei de Drogas, para prever pena de detenção para condutas relacionadas ao consumo pessoal de droga e a sua substituição por tratamento especializado, e dá outras providências.
- 2009 PLS 89 Senador Magno Malta Qualifica como hediondos determinados crimes previstos no Código Penal Militar, por correspondência com os crimes descritos no art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, além de aumentar as suas respectivas penas, por isonomia com o Código Penal

FLS.	25
Rubrica	
CSDP	

- 2009 PLS 453 Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT) Altera a Lei nº 7.210/1984, e o Decreto-Lei nº 2.848/1940, para estabelecer novas regras para a progressão de regime e livramento condicional nos casos de reincidência em crime doloso contra a vida.
- 2008 PEC 5 Senador Valter Pereira Altera o inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, para vedar a progressão de regime de cumprimento de pena, nos casos a que se refere o dispositivo.
- 2008 PRN 2 Dep. Luiz Carlos Hauly Dispõe sobre as finalidades, composição e funcionamento da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI), órgão de controle e fiscalização externos da atividade de inteligência, previsto no art. 6º, da Lei nº 9.883/1999, e estabelece outras normas relativas à sua atuação. (2ª Autuação)
- 2008 PLS 421 Senador Antonio Carlos Valadares (PSB / SE) Altera o Código Penal, a Lei de Execução Penal e a Lei dos Crimes Hediondos, para tornar mais rigorosa a progressão entre regimes penitenciários e a concessão de livramento condicional.
- 2007 PLS 190 Senadora Maria do Carmo Alves (PFL / SE) Altera a Lei nº 7.210/1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.
- 2008 PLS 118 Senador Romeu Tuma (PFL/SP) Estabelece prisão preventiva ou temporária de estrangeiros para fins de extradição
- 2007 PLS 519 Senador Gerson Camata (PMDB / ES) Extingue o instituto da prescrição penal.
- 2007 PLS 422 Senador Magno Malta (PR / ES) Altera o art. 81, da Lei 9099/1995, para que a proposta de transação penal seja formulada após a denúncia.
- 2007 PLS 369 Senador Arthur Virgílio (PSDB/AM) Considera crime contra a administração pública a exigência de repasse, por ocupante de cargo de livre provimento e exoneração, a outrem, de percentual incidente sobre os respectivos vencimentos.
- 2007 PLS 287 Senador Valdir Raupp Altera o § 4º, do art. 33, da Lei nº 11.343/2006, para estabelecer pena mais rigorosa para o traficante considerado primário
- 2007 PLS 175 Senador Magno Malta (PR / ES) Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 - Lei de Execução Penal, para alterar as regras do regime aberto e prever o rastreamento eletrônico de condenado.
- 2007 PLS 165 Senador Aloizio Mercadante (PT / SP) Altera dispositivos da LEP, CP e do CPP para dispor sobre o monitoramento eletrônico
- 2007 PLS 162 Senador Aloizio Mercadante (PT / SP) Altera dispositivos da Lei nº 7.210/1984, para dispor sobre os critérios de divisão de presos provisórios e de presos condenados
- 2006 PLS 59 Senador Magno Malta (PR / ES) Altera o art. 2º da Lei nº 8.072/1990, para determinar que o cumprimento da pena privativa de liberdade seja iniciado no regime fechado e estabelecer que a progressão de regime somente pode ser obtida após o cumprimento de dois terços da pena no regime anterior
- 2006 PLS 48 Senador Demóstenes Torres Altera o § 1º, do art. 2º da Lei nº 8.072/1990 para estabelecer regime inicial de cumprimento e condições de progressão de regime para o cumprimento de pena.
- 2006 PLS 252 Senador Demostenes Torres Altera a Lei nº 11.343/2006, para prever pena de detenção no caso de descumprimento injustificado das medidas educativas aplicáveis ao uso indevido de drogas, bem como para punir mais severamente o plantio destinado a consumo pessoal
- 2006 PLS 197 Senador Magno Malta (PR / ES) Proíbe a entrada de funcionários nas cadeias e penitenciárias em que trabalhem portando aparelhos celulares ou qualquer outro aparelho de comunicação

FLS.	26
Rubrica	
CSDP	

- 2006 PLS 150 Senadora Serys Slhessarenko (PT/MT) Dispõe sobre a repressão ao crime organizado e dá outras providências
- 2005 PLS 94 Senador Pedro Simon Dá nova redação ao art. 83 da Lei nº 9.430/1996, que dispõe sobre a legislação tributária federal, as contribuições para a seguridade social, o processo administrativo de consulta e dá outras providências.
- 2004 PLS 9 Senador Marcelo Crivella (PL / RJ) Altera a redação da Lei nº 8072, de 25 de julho de 1990, para incluir entre os crimes hediondos aquele tipificado pelo artigo 149, do Decreto-Lei nº 2848, de 7 de dezembro de 1940.
- 2007 PLS 739 Senador Romeu Tuma (PFL/SP) Acrescenta na Lei nº 8.072/1990, VII-C no art. 1º, para tipificar como crime hediondo toda e qualquer falsificação, adulteração ou alteração da composição ou validade de produtos alimentares
- 2003 PLS 50 Senador Ney Suassuna (PMDB / PB) Dispõe sobre a transferência de presos entre os Estados da Federação e o Distrito Federal e dá outras providências.
- 2003 PLS 496 Senador Demóstenes Torres (PFL / GO) Altera o caput do artigo 112 da Lei nº 7210/1984, para estabelecer condições para a progressão do regime de cumprimento de pena privativa de liberdade.
- 2003 PLS 49 Senador Ney Suassuna (PMDB / PB) Dispõe sobre repasse de verbas do Governo Federal para a construção de unidades penitenciárias nos Estados da Federação e Distrito Federal dá outras providências
- 2007 PLS 634 Senador Sibá Machado (PT / AC) Revoga os arts. 40, 50 e 60 da Lei das Contravenções Penais, descriminalizando as condutas de tumulto, vadiagem e mendicância respectivamente.
- 2003 PLS 439 Senado Federal - Demostenes Torres (PFL/GO) Altera a Lei 7492/1986 para agravar penas, proibir fiança e o recurso em liberdade, exigir o cumprimento mínimo de metade da pena para obtenção de benefícios penais
- 2003 PLS 378 Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE) Altera a Lei 9605/1998 para oferecer nova redação ao tipo penal de pichação de bem urbano e para prever hipóteses de extinção da punibilidade, de redução de pena e de medida sócio-educativa e pena restritiva de direitos específicas.
- 2003 PLS 209 Senador Antonio Carlos Valadares (PSB / SE) Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9613/1998, objetivando tornar mais eficiente a perseguição penal dos crimes de lavagem de dinheiro
- 1996 PLS 67 Senador Gilvam Borges Define e regula os meios de prova e procedimentos investigatórios, destinados à prevenção e repressão dos crimes praticados por organizações criminosas.

PLs - CÂMARA

- 2009 PL 6055 Dep. Eliene Lima (PP-MT) Altera o CPP para determinar a prisão preventiva de acusados por homicídio doloso.
- 2009 PL 5967 Dep. Capitão Assunção (PSB-ES) Altera o Código Processo Penal Militar que o militar desertor que não for julgado dentro de trinta dias, será posto em liberdade.
- 2009 PL 5508 Dep. José Santana de Vasconcellos (PR-MG) Altera o Código de Processo Penal para limitar a duração do Inquérito policial e assegurar ao indicado o princípio da presunção de inocência.
- 2009 PL 5476 Dep. Dr. Ubiali (PSB-SP) Altera o CPP, e dispõe sobre o Inquérito Policial, e institui mecanismos de agilidade ao processo, dentre elas a do policial abster-se de fazer a conclusão do inquérito.
- 2009 PL 5131 Dep. Carlos Bezerra (PMDB-MT) Altera os art. 10 e 23º do CPP estabelecendo prazos máximos de inquérito policial e dá outras providências para aperfeiçoar e agilizar o inquérito.
- 2004 PL 3747 Dep. Coronel Alves (PL-AP) Da nova redação ao CPP e institui que o prazo máximo de 10 dias (para o inquérito se o indiciado tiver preso em

FLS.	25
Rubrica	
CSDP	

- flagrante ou preventivamente) e de 30 dias (quando estiver solto mediante fiança) podem ser prorrogados
- 2009 PL 4793 Dep. Vital do Rego Filho Altera dispositivos do CPP e dá providências sobre prisão preventiva. CPI decretor preventiva
- 2008 PL 4226 **Dep. Fernando Coruja (PPS-SC)** Exclui do Inciso II do art.313 do CPP a prisão preventiva para casos que o indiciado é considerado vadio
- 2008 PL 4204 CPI - Sistema Carcerário Acrescenta inciso no art.321 da CPP estendendo a liberdade provisória sem pagamento da fiança para casos de infração com pena máxima de 4 anos e cometidos sem violência ou grave ameaça a pessoa.
- 2008 PL 3912 Dep. Bernardo Ariston (PMDB-RJ) Acrescenta parágrafo ao art.312 ao CPP, estabelecendo que o preso receba uma cópia integral do mandado de prisão
- 2008 PL 3770 Comissão de Legislação Participativa Altera o art. 328 do CPP estabelecendo o prazo máximo de 48 horas para ausência do réu afluído de seu domicílio
- 2008 PL 3564 Dep. Íris de Araujo (PMDB-GO) Altera o CPP e a Lei 8072/1990, torna mais célere e rigoroso os casos de violência doméstica contra mulheres, crianças e adolescentes, e idosos. E torna insuscetível de liberdade provisória para quem comete crimes contra crianças, portadores de necessidade especial e idosos.
- 2005 PL 5305 Dep. Carlos Sampaio (PSDB-SP) Acrescenta no art. 312 do CPP, que a prisão preventiva pode ser decretada "quando a gravidade do crime assim recomendar"
- 2008 PL 3357 Dep. Bruno Rodrigues (PSDB-PE) Altera o CPP para incluir o homicídio qualificado como fundamento para a prisão preventiva.
- 2008 PL 3027 Dep. Carlos Souza (PP-AM) Altera o art. 322 do CPP para autorizar a concessão de fiança pela autoridade policial quando atendido requisitos propostos
- 2007 SUG 87 Associação Paulista do Ministério Público Altera dispositivos do CPP e dá outras providências - Ver PL 3770/2008
- 2007 PL 768 Dep Lelo Coimbra (PMDB-ES) Altera e acrescenta alguns dispositivos no CPP, sendo um deles a não concessão de liberdade provisória sem fiança em casos descritos pelo legislador
- 2007 PL 58 Dep. Neilton Mulim (PR-RJ) Acrescenta ao art. 311 do CPP a Comissão Parlamentar de Inquérito o poder de requerer prisão provisória
- 2007 PL 154 Dep. Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB - SP) Altera no CPP os valores mínimos e máximos da fiança em grupos de penas até 2 anos, penas até 4 anos, e penas com mais de 4 anos.
- 2007 PL 1304 Dep. Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP) Dá nova redação ao § 4º, do artigo 283, do CPP, e estabelece que o juiz só poderá decretar prisão temporária nos crimes inafiançáveis, de tortura, tráfico de drogas, terrorismo e nos crimes hediondos.
- 2005 PL 4918 **Dep. Fernando Coruja (PPS-SC)** Determina o envio de cópia da sentença penal ao ofendido
- 2007 PL 292 **Dep. Vieira da Cunha (PDT-RS)** Acrescenta a redação do art. 197 da Lei 7210/1984 os art. 197-A a 197-G, disciplinando o procedimento do agravo de instrumento em execução penal objetivando acelerar o processamento e julgamento do recurso de agravo
- 2007 PL 2668 **Dep. Regis de Oliveira (PSC-SP)** Revoga o inciso II do art. 393 do CPP que inclui o nome do réu no rol dos culpados como efeito da sentença condenatória recorrível.
- 2007 PL 202 Dep. Sandes Junior (PP-GO) Acrescenta parágrafos ao art. 424 do CPP como suspender os prazos do processo, inclusive, a da prisão do réu, quando recebida a petição do tribunal de apelação

- 2005 PL 5441 **Dep. Roberto Magalhães (PFL-PE)** Altera dispositivos do Código de Processo Penal Militar, dispensando para depor os Comandantes da Marinha, Exército e Aeronáutica
- 2005 PL 5366 **Dep. Eduardo Gomes (PSDB-TO)** Estabelece a contagem de prazo nos casos de intimação pessoal, após a entrega dos autos pessoalmente
- 2004 PL 4126 **Comissão Parlamentar Mista de Inquérito** Acrescenta o art. 161-A ao Código de Processo Penal para prever regras especiais quanto à realização de laudo pericial e psicossocial nos crimes contra a liberdade sexual de criança ou adolescente.
- 2009 PL 4622 **Dep. Vinicius Carvalho (PTdoB-RJ)** Altera o CPP para legitimar o Ministério Público a requerer revisão criminal
- 2008 PL 3789 **Dep. Regis de Oliveira (PSC-SP)** Dá nova redação ao art. 612 do Código de Processo Penal
- 2004 PL 3367 **Dep. Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)** Altera o art. 76 da Lei nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais
- 2003 PL 2823 **Dep. Vander Loubet (PT-MS)** Acrescenta dispositivo à Lei nº 7.210/1984, que institui a Lei de Execução Penal. Dispõe que o estabelecimento penal reserve instalação destinada à realização de audiência judicial com os presos
- 2003 PL 2697 **Dep. Feu Rosa (PP-ES)** Altera o CPP, dando atribuições ao juiz e determinando condições para julgamento antecipados
- 2001 PL 4375 **Dep. José Roberto Batocchio (PDT-SP)** Acrescenta parágrafo único aos art. 187 e 189, dispõe sobre interrogatório requerido pelo defensor
- 2001 PL 4209 **Poder Executivo** Altera o CPP relativos a investigação criminal e dá outras providências
- 2001 PL 4206 **Poder Executivo** Altera dispositivos do Código de Processo Penal, relativos aos recursos e ações de impugnação, e dá outras providências.
- 2001 PL 4191 **Dep. Alberto Fraga (PMDB-DF)** Altera o CPP permitindo ao convivente prosseguir na ação penal, no caso de morte do ofendido ou declaração judicial de sua ausência, e dá outras providências
- 2000 PL 2926 **Dep. Jose Roberto Batocchio (PDT-SP)** Acrescenta paragr. No art. 578 do CPP estabelecendo que deve ser entregue uma via do recurso de falta de fundamentação ao órgão de controle da atividade judiciária
- 1997 PL 2959 **Poder Executivo** Dá nova redação ao art. 210 ao Código de Processo Penal, obrigando a destinação de sala especial para as testemunhas, nos processos criminais
- 2004 PL 4418 **Dep. João Campos (PSDB-GO)** Acrescenta parágrafo ao CPP determinando que deve ser comunicado a vítima a remessa dos autos de inquérito policial ao juiz competente, bem como, informará o prazo previsto para o oferecimento da denúncia
- 2003 PL 1283 **Dep. Inaldo Leitão (PSDB-PB)** Acrescenta parágrafo ao art. 578 do CPP que dispõe sobre os recursos em que se alega falta de fundamentação e da providências
- 2001 PL 5392 **Dep. Laura Carneiro (PFL-RJ)** Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, incluindo competência à Justiça da Infância e da Juventude e ao Ministério Público, objetivando garantir proteção à criança e ao adolescente; desvincula o sistema recursal do Código de Processo Civil e aplica a Lei do Juizado Especial.
- 2000 PL 2385 **Dep. Gastão Vieira (PMDB-MA)** Altera o art. 148 do Estatuto da Criança e do Adolescente, estabelecendo que a Justiça da Infância e da Juventude entre outras atribuições, poderá decretar prisão provisória de maiores imputáveis
- 2001 PL 4208 **Poder Executivo** Altera dispositivos do CPP no seu Título IX que dispõe sobre prisão, medidas cautelares e liberdade
- 2001 EMS 4208 **Senado Federal** Altera dispositivos do CPP relativos a prisão processual, fiança, liberdade provisória e outras medidas cautelares.

2000 PL 3421 Dep. Jose Roberto Batochio (PDT-SP) Altera a redação do paragr. 1º do art. 159 do CPP que dispõe sobre o perito do exame de corpo de delito.

2010 PL 7254 Dep Marcelo Serafim (PSB-AM) Altera os arts. 125 e 126 do Código Penal para aumentar a pena de reclusão para o crime de aborto.

2010 PL 7099 Dep Eduardo Cunha (PMDB-RJ) Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, para aprimorar o combate à produção, venda e distribuição de pornografia infantil, tipificando tais condutas quando praticadas por sacerdote como crime hediondo.

2010 PL 6935 Dep Fábio Faria (PMN-RN) Define o crime de Intimidação no Código Penal Brasileiro e dá outras providências

2010 PL 6920 Dep Márcio Marinho (PRB-BA) Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, agravando a pena para o crime de estelionato quando cometido contra pessoa com idade igual ou superior a sessenta anos

2010 PL 6831 Dep Paes de Lira (PTC-SP) Altera os artigos 213, 217-A e 225 do Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, dispõe sobre o crime de estupro e dá outras providências.

2010 PL 6742 Dep. Silas Brasileiro Acrescenta paragr. 3º e 4º no art. 148 do CP para estabelecer penas maiores nos sequestros que ele especifica

2009 PL 6645 Dep Eliene Lima (PP-MT) Altera o art. 121 do Código Penal. Dobra a pena do homicídio doloso caso o crime seja cometido contra policial.

2009 PL 6630 Dep Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) Acrescenta parágrafo ao art. 75 do Código Penal Brasileiro. Proíbe a utilização da unificação da pena para concessão de benefícios na fase de execução penal

2009 PL 6616 Poder Executivo Altera o Decreto-Lei nº 2.848/1940, as Leis nºs 8.072/1990, e 7.960/1989, para adicionar os tipos penais qualificados de peculato, concussão, corrupção passiva e corrupção ativa, tornando-os hediondos e passíveis de prisão temporária.

2009 PL 6410 Dep. Pompeo de Mattos (PDT-RS) Altera a pena base do art. 334 do Código Penal e inclui o transporte por via marítima e fluvial nas hipóteses de aplicação em dobro da pena.

2009 PL 6337 Dep. José Otávio Germano (PP-RS) Altera o CP para o aumento de pena em dois anos a todos os presos que utilizarem aparelhos celulares e similares

2009 PL 6123 Dep. Manoel Junior (PSB-PB) Altera o CP para que o preso ao tentar ou utilizar aparelhos de comunicação móvel cumprirá pena de reclusão, de um a quatro anos, e multa.

2009 PL 5147 Dep. Eduardo Valverde (PT-RO) Dispõe de retenção dolosa de salários e institui a prisão privosória do infrator.

2009 PL 5110 Dep Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP). Acrescenta parágrafo ao art. 77 do Código Penal Vincula a suspensão condicional da pena, o chamado "sursis", ao integral ressarcimento efetuado pelo condenado por crime lesivo ao patrimônio público.

2008 SUG 95 ou 357 Conselho de Defesa Social de Estrela do Sul Altera o art. 247 do CP aumentando a pena de prisão por até 60 dias em crime de abandono material e intelectual

2008 PL 4036 Poder Executivo Altera as Leis nos 4.878/1965, 8.112/1990, e o CP, para dispor sobre sanções administrativas e penais aplicáveis em casos de interceptação de comunicações e de violação de sigilo, e dá outras providências, como prisão de 2 a 4 anos.

2008 PL 3622 Dep. Vital do Rêgo Filho (PMDB-PB) Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 1940, para estabelecer a imprescritibilidade dos crimes hediondos

2008 PL 3135 Dep. Manuela D'Ávila (PCdoB-RS) Acrescenta alínea m no CP, para acrescentar como circunstância para agravo de pena, delitos cometidos no interior ou até a distância de mil metros ao redor de estabelecimento de ensino ou hospitalar

- 2008 PL 3063 Dep. Edio Lopes (PMDB-RR) Altera a redação do art. 262 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Agrava a pena para quem praticar e quem empregar alguém para o exercício ilegal da profissão de médico, dentista e farmacêutico; aumenta a pena em caso de crime praticado com fins de lucro, se for aplicado procedimento invasivo ou caso seja receitado, ministrado ou aplicado medicamentos de prescrição controlada.
- 2007 PL 166 Dep Onyx Lorenzoni (PFL-RS) Altera o CP e agrava a pena de reclusão em dobro para bando ou quadrilha que envolve menor
- 2004 PL 3760 Dep Wilson Santos (PSDB-MT) Acrescenta inciso ao art. 1º da Lei nº 8.072/1990, Tipifica como crime hediondo os crimes praticados contra a administração pública em detrimento dos direitos sociais constitucionais.
- 2003 PL 148 Dep Alberto Fraga (PMDB-DF) Altera o CP e estabelece normas que agravam a pena para os agentes de crime de seqüestro, extorsão mediante seqüestro ou extorsão mediante privação de liberdade
- 2003 PL 126 Dep. Antônio Carlos Biscaia (PT -RJ) Inclui novo parágrafo no CP, Impede a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos ao condenado por crime insuscetível de liberdade provisória.
- 2002 PL 6824 Senado Federal - Geraldo Althoff (PFL-SC) Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente, e o Código Penal, para autorizar os ascendentes a adotarem; liberando da apresentação de certidão de nascimento para o ingresso na escola; alterando dispositivos sobre a competência do Ministério Público e da Justiça da Infância e da Juventude; aplicando a pena de reclusão para aqueles que promoverem a exploração sexual e a prostituição infantil; autorizando a ação penal pública se a vítima for menor de 21 anos de idade.
- 2000 PL 3473 Poder Executivo Altera dispositivos dos Títulos V ao VIII do Código Penal
- 1999 PL 1768 Dep. Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ) Acrescenta parágrafo ao artigo 44 do Código Penal, que dispõe sobre penas restritivas de direitos. Dispõe que a pena restritiva de direitos não será aplicada ao condenado por crime insuscetível de liberdade provisória.
- 1999 PL 1508 Dep, Lino Rossi (PSDB-MT) Dá nova redação ao Código Penal. Estabelece que a pena restritiva de direitos substituirá a pena privativa de liberdade quando esta não for superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça a pessoa e nem for tipificado como crime hediondo
- 2010 PL 6858 **Dep. Marcelo Itagiba (PSDB-RJ)** Altera a Lei de Execução Penal, para criar comissão técnica independente da administração prisional e a execução da pena do condenado psicopata, estabelecendo a realização de exame criminológico do condenado a pena privativa de liberdade, nas hipóteses que especifica.
- 2009 PL 6317 Dep Fernando Coelho Filho (PSB-PE) Altera o art. 112 da Lei de Execução Penal. Estabelece que o benefício da progressão da pena será concedido quando o preso tiver cumprido ao menos a metade da pena no regime anterior, e o seu mérito indicar a progressão.
- 2009 PL 6285 Dep Marcelo Itagiba (PMDB-RJ) Altera a Lei de Execução Penal, para exigir exame criminológico do condenado no cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semi-aberto e aberto.
- 2009 PL 5280 Dep Fernando Coelho Filho (PSB-PE) Altera a LEP e exige o uso de dispositivo eletrônico - chip, a fim de efetivamente monitorar o detento durante o tempo de saída do estabelecimento que será de, no máximo, dois dias, podendo ser renovada por mais quatro dias
- 2009 PL 5240 Dep Manoel Junior (PSB-PB). Altera a LEP e estabelece critérios mais rigorosos para a concessão de indulto individual e coletivo
- 2009 PL 4655 Dep Glauber Braga (PSB-RJ) É introduzida a Subseção VI na Seção III da Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, com o conceito de sobrepena e suas conseqüências. Caracteriza como sobrepena as situações degradantes, tais

como: superlotação carcerária, maus tratos, tortura e falta de assistência médica e psicológica sofrida pelos reclusos ou detentos, implicando em redução da pena

2008 PL 4563 Comissão de Legislação Participativa Acrescenta parágrafo no art. 112 da LEP, que estabelece o comprometimento de falta grave durante a execução da pena privativa implicará no reinício da contagem do prazo para obtenção de progresso no regime da pena

2008 PL 4202 Comissão Parlamentar de Inquérito Altera dispositivos da LEP, com finalidade de investigar a realidade do Sistema Carcerário Brasileiro através de relatórios, e da providências para ressocialização do preso na sociedade

2008 PL 3648 Dep Fernando de Fabinho (DEM-BA) Altera a LEP e estabelece a utilização de equipamento de rastreamento eletrônico pelo condenado, nos casos que especifica.

2007 PL 909 Comissão de Legislação Participativa Altera a LEP dispondo do controle dos estabelecimentos pelo crime organizado, progressão do regime fechado para o semi-aberto, preso provisório, telefones celulares, visitas íntimas, segurança e cadastro nacional

2009 PL 6427 Dep Ricardo Barros (PP-PR) Estabelece que o condenado que for punido por falta grave perderá até cento e oitenta dias remidos. Altera a Lei nº 7.210, de 1984.

2007 PL 269 Dep. Jilmar Tatto (PT-SP) Altera o art. 126 da LEP para permitir a remição de pena pelo estudo, sendo que 8 horas de estudo equivalerá a um dia de remição de pena

2007 PL 1936 Poder Executivo Estabelece que o tempo remido será computado como pena cumprida para todos os efeitos, e a contagem será feita à razão de um dia de pena por dezoito horas-aula assistidas, divididas, no mínimo, em três dias

2005 PL 6254 **Dep. João Campos (PSDB-GO)** Altera a LEP para incluir o estudo como uma forma de remição de pena

2007 PL 2619 Dep. Zenaldo Coutinho (PSDB-PA) Altera os arts 69 e 70 da Lei de Execução Penal, modificando a composição e a estrutura dos Conselhos Penitenciários

2007 PL 1228 Dep. Eduardo Gomes (PSDB-TO) Acrescenta paragr. no art.82 da LEP, dispõe que os estabelecimentos penais serão construídos distantes de estabelecimentos de ensino.

2007 PL 1090 Dep Edmilson Valentim (PCdoB-RJ) Altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, e dá outras providências. Estabelece a competência da Defensoria Pública de garantir o acesso à Justiça, no âmbito da execução da pena e prestação de assistência judiciária integral e gratuita.

2003 PL 2825 Dep. Sandro Mabel (PL-GO) Acrescenta os arts. 77-A e 86-A na LEP dispõe sobre empresas privadas contratadas; a penitenciária em local afastado de centros urbanos; e penitenciárias localizadas nas áreas rurais, e dá providências

2002 PL 6138 Dep. Luiz Antonio Fleury Modifica o disposto no art. 112 da Lei de Execução Penal. Fixa um prazo mínimo para o recebimento de benefício ou visitas; dispõe que só ocorrerá a progressão da pena após o preso haver cumprido ao menos 1/3 (um terço) da pena imposta no regime anterior

2001 PL 5075 Poder Executivo Altera dispositivos da LEP - da quase uma nova redação

1999 PL 312 **Dep. Enio Bacci (PDT-RS)** Altera redação do art. 37 da LEP, e dá outras providências. Elimina a exigência de cumprimento de um sexto (1/6) da pena do condenado, possibilitando o trabalho externo diurno, para presos em regime semi- aberto. Altera a Lei nº 7.210, de 1984.

1999 PL 25 Dep. Paulo Rocha (PT-PA) Modifica a Lei de Execução Penal para instituir o ensino médio nas penitenciárias. .

2010 PL7128 Dep. Paes de Lira (PTC-SP) Altera a lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral. Desobriga os presos provisórios do alistamento eleitoral e do voto.

FLS.	820
Rubrica	
CSDP	

- 2009 PL 6404 Dep. Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) Cria o Sistema Nacional de Estatística de Segurança Pública e Justiça Criminal e dá outras providências
- 2008 PL 3461 Dep. Raul Jungmann (PPS-PE) Regulamenta a Constituição Federal no que tange o Sistema Único de Segurança Pública
- 2007 PL 2072 Dep. Raul Henry (PMDB-PE) Dispõe sobre o registro e divulgação dos índices de violência e criminalidade em todo o território nacional
- 2007 PL 1937 Poder Executivo Institui o Sistema Único de Segurança Pública SUSP
- 2009 PL 5821 Dep. Ciro Nogueira (PP-PI) Altera o art. 244-A da ECA, aumenta a pena para a exploração sexual de crianças e adolescentes e inclui como criminoso o agente que pratica conjunção carnal ou ato libidinoso com a vítima
- 2009 PL 5678 Dep. Dr. Talmir (PV-SP) Revoga art. 59 da Lei de Contravenção Penal, os dispositivo que tipifica o ilícito de vadiagem
- 2007 PL 2605 Dep. Pepe Vargas (PT-RS) Altera a Lei de Contravenções Penais, revogando os dispositivos que penalizam com prisão simples os acusados por vadiagem e mendicância.
- 2005 PL 4977 Dep. Pr. Francisco Olimpio (PSB-PE) Altera a Lei de Contravenções Penais, revogando os dispositivos que penalizam com prisão simples os acusados por vadiagem e mendicância.
- 2004 PL 4668 **Dep. José Eduardo Cardozo** Revoga da Lei de Contravenções Penais os dispositivos que penalizam com prisão simples os acusados por vadiagem e mendicância.
- 2008 PL 3272 Poder Executivo Regulamenta a parte final do inciso XII do art. 5º da Constituição, disciplinando a quebra (por ordem judicial) do sigilo das comunicações telefônicas de qualquer natureza para fins de investigação criminal
- 2009 PL 5286 Comissão Parlamentar de Inquérito Regulamenta o inciso XII, final, parte do art. 5º da Constituição Federal, como deverá ser o procedimento e quais as penas que podem ser aplicadas, entre outros.
- 2009 PL 5261 Dep. Dr. Talmir (PV-SP) Altera os arts. 41, 66 e 68 da LEP, e acrescenta o art. 319-B ao Código Penal, a fim de assegurar a concessão dos benefícios da progressão de regime, da detração, da remição e do livramento condicional, e a imediata colocação em liberdade do preso que haja cumprido integralmente a pena.
- 2009 PL 5120 Dep. Capitão Assunção (PSB-ES). Altera o ECA aumentando as penas para crimes como pedofilia.
- 2009 PEC 364 Dep. Valtenir Pereira (PSB-MT) Dá nova redação ao inciso XLIII, do art. 5º da Constituição Federal. Determina o cumprimento da pena no regime integralmente fechado ao autor de crime hediondo
- 2008 PL 4051 **Dep. Marina Maggessi (PPS-RJ)** Altera o art. 82 da Lei 7210/1984, para proibir a utilização das dependências da Polícia Civil para custodiar presos
- 2008 PL 3772 Senado Federal - CPI Pedofilia Altera a Lei 6815/1980 e estabelece a prisão preventiva ou temporária de estrangeiros para fins de extradição
- 2007 SUG 31 Poder Executivo Estabelece regras processuais na esfera penal como: medidas de juiz produzir provas, a não obrigação de peças processuais, pedidos de previsão provisória e afins devem ser encaminhados para o MP entre outros.
- 2007 RIC 381 Dep. Cláudio Cajado (DEM-BA) Requer informações junto ao Ministério da Justiça, referente a OPERAÇÃO NAVALHA DA POLÍCIA FEDERAL, que deflagrou a prisão de Políticos e Empresários
- 2007 PL 973 Dep. Valdemar Costa Neto (PR -SP) Altera a Lei 10792/2003 retirando o tempo máximo de regime disciplinar diferenciado ao acusado por crime doloso, para tempo indeterminado

- 2007 PL 2715 **Dep. João Campos (PSDB-GO)** Altera dispositivos da Lei 6815/1980 com autorizar a prisão do extraditado por meio de representação da polícia judiciária da União
- 2007 PL 2057 Comissão de Legislação Participativa Altera o CP, CPP e Lei 10826/2003 e dispõe sobre o processo e julgamento de crimes praticados por grupos criminosos organizados, e dá outras providências, como prisão, liberdade provisória, e aumento da pena.
- 2007 PL 1765 **Dep. Vieira da Cunha (PDT-RS)** Acrescenta parágrafo na lei 8072/1990 instituindo a realização do exame criminológico para progressão de regime e livramento condicional aos condenados por crimes hediondos, prática de tortura, e entre outros
- 2007 PL 1318 **Dep. Roberto Balestra (PP-GO)** Acrescenta e reescreve parágrafos do CP e CPP com efeito de condenação a perda de bens e objetos
- 2007 PL 116 **Dep. Neilton Murim (PR-RJ)** Altera os art. 1º e 2º da Lei 7960/1989, dando direito a Comissão Parlamentar de Inquérito decretar prisão temporária, e aumenta para 60 dias e 30 dias o tempo da prisão temporária para crimes praticados por organização criminosa e crimes hediondos e equiparados, respectivamente.
- 2006 PL 7006 Comissão de Legislação Participativa Altera alguns dispositivos do CPP, CP e Lei 9099/1995 para facultar o uso de procedimentos de Justiça Restaurativa no sistema de justiça criminal, em casos de crimes e contravenções penais
- 2006 PEC 497 **Dep. Nelson Pellegrino (PT-BA) e co-autores** Da nova redação aos arts. 7º e 39 da CF para estabelecer jornada de trabalho de 6h a serviços prestados a estabelecimentos prisionais
- 2004 PL 4230 **Dep. Pompeio de Mattos (PDT - RS)** Acrescenta parágrafo ao art.126 da lei 7210/1984, estendo o direito de remir pena (já concedido a quem trabalha) para os condenados que estudarem.
- 2004 PEC 308 **Dep. Neuton Lima (PTB-SP) e co-autores** Altera os arts. 21, 32 e 144 da Constituição Federal, criando as policias penitenciárias federal e estaduais e coloca suas atribuições.
- 2004 PEC 276 **Dep. Nilson Pinto (PSDB-PA)** Dá nova redação ao inciso XLII, art. 5º, da Constituição Federal de 1988. Torna inafiançável e imprescritível o crime de exploração e abuso sexual de criança e adolescente.
- 2003 PL 1321 **Dep. Valdemar Costa Neto (PL-SP)** Permite a presidiário que se inscreva como doador vivo de órgãos, partes do corpo humano ou tecidos para fins terapêuticos, requerer redução de pena após a aprovação do procedimento cirúrgico.
- 2002 PL 6422 **Dep. Alberto Fraga (PMDB-DF)** Determina a obrigatoriedade do cumprimento de pena em estabelecimento penal exclusivo para policias e membros da magistratura ou ministério público condenados à pena restritiva de liberdade, e dá outras providências
- 2001 PL 5093 **Dep. José Carlos Coutinho (PFL-RJ)** Modifica a Lei 1579/1952, para ampliar a atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito
- 2001 PL 4129 **Dep. Orlando Fantazzini (PT-SP)** Reformula a Lei nº 9.455/1997, para adequá-la às Convenções Contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, das Nações Unidas, de dezembro de 1984, e para Prevenir e Punir Tortura, da Organização dos Estados Americanos, de 1989
- 1999 PL 586 **Dep. Regis Cavalcante (PPS-AL)** Altera dispositivos da Lei nº 9.455/1997, que define os crimes de tortura e dá outras providências. Define como crime de tortura a discriminação ou preconceito de qualquer natureza, agravando a pena quando a vítima é enfermo, deficiente
- 1999 PL 1652 **Dep. Freire Junior (PMDB-TO)** Altera o § 4º do art. 1º da Lei nº 9.455/1997, aumenta a pena de um a dois terços para quem comete o crime de tortura contra criança, adolescente, deficiente e gestante, se o crime é praticado mediante sequestro e por agente público.

FLS.	24
Rubrica	
CSDP	

1999 PL 1236 Dep. Luiz Antonio Fleury (PTB-SP) Altera dispositivos da Lei nº 9.455/1997 para incluir dentre os crimes de tortura, a discriminação etica, social ou politica; abrangendo a tortura sadica; proibe a liberdade provisoria sem fiança e indulto; e veda a concessão de liberdade condicional ou a substituição da pena de detenção por outra restritiva de direitos ou multa.

1997 PL 3012 Dep. Padre Roque (PT-PR) Aumenta a pena de reclusão de 15 (quinze) a 30 (trinta) anos para quem comete o crime de tortura contra criança, adolescente, pessoa portadora de deficiência e gestante, levando a morte

1999 PL 297 Dep. Enio Bacci (PDT-RS) Altera a Lei nº 7.210/1984 para dar direito à remição a presos provisórios, desobriga presos provisórios do trabalho obrigatorio; caso este venha a executar serviço, deverá ser feito no interior do estabelecimento e tera direitos a remição da pena; e da outras providências

1997 PL 3349 Dep. Gonzaga Patriota (PSB-PE) Dispõe sobre a inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas envolvidas com a pratica de infração penal, sejam elas autoras do fato, vitimas ou testemunhas; e dá providências

1995 PL 3569 Dep José Abrao (PSDB-BA) Dispõe sobre o trabalho, estudo e a reintegração social do condenado e dá outras providências. Estabelece a jornada de trabalho de 6 (seis) horas para os condenados que estudem por pelo menos 4 (quatro) horas diárias e diminuindo a contagem do tempo para remição de 1 (um) dia de pena por 2 (dois) de trabalho ou de trabalho e estudo. Altera a Lei nº 7.210, de 1984.

05